



farminveste
SGPS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

2023

ÍNDICE

1. A EMPRESA.....	3
1.1 VISÃO E VALORES.....	4
1.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES.....	4
1.3 GOVERNO SOCIETÁRIO.....	6
1.4 RELAÇÃO COM INVESTIDORES.....	7
2. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	8
2.1 EVENTOS RELEVANTES DE 2023.....	8
2.2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	9
2.3 EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE ECONÓMICA DA FARMINVESTE (CONSOLIDADO).....	10
2.4 PERFORMANCE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO.....	17
3. GESTÃO DO RISCO.....	23
4. PERSPETIVAS FUTURAS.....	23
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	24
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS (CONTAS INDIVIDUAIS).....	25
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS.....	44
8. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS INDIVIDUAIS).....	85
9. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS CONSOLIDADAS).....	87
10. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONTAS INDIVIDUAIS).....	89
11. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONTAS CONSOLIDADAS).....	92

1. A EMPRESA

A Farminveste SGPS, S.A., (doravante designada por “Farminveste SGPS” ou “Farminveste”) é uma holding gestora de participações sociais em empresas que visam o desenvolvimento de produtos e serviços para o setor da saúde bem como a implementação de soluções inovadoras que criem valor e contribuam para um sistema de saúde mais eficiente e gerador de maior satisfação.

Maioritariamente detida pela Associação Nacional de Farmácias a Farminveste procura contribuir para o reforço da proposta de valor das farmácias e para a sua afirmação enquanto espaço de saúde de proximidade.

Em 2023 a Farminveste iniciou um processo de reorganização societária que resultará numa separação clara entre as atividades associativas, da responsabilidade da ANF, e a gestão das participações sociais.

Pilares Estratégicos de Desenvolvimento da Farminveste

i) Desenvolvimento da Atividade das Farmácias

As atividades desenvolvidas pela Farminveste neste âmbito procuram garantir os seguintes objetivos estratégicos:

- Identificar projetos com valor acrescentado para as Farmácias e para a população, e, bem assim, promovê-los e torná-los acessíveis a todas as Farmácias Portuguesas, garantindo não só a coesão da rede como também a sustentabilidade dos seus projetos, em todo o território continental e regiões autónomas;
- Promover a transformação digital das Farmácias, garantindo que as mesmas beneficiam e fazem uso das tecnologias mais recentes disponíveis, de forma a otimizar a sua eficiência operacional e conseguir prestar um melhor serviço à população, designadamente intervindo de forma mais proativa na promoção da saúde e prevenção da doença, e na prestação de cuidados de saúde em articulação com as demais entidades e profissionais do ecossistema da saúde;
- Apoiar a rede de Farmácias no reforço dos canais de comunicação com a população, que permitam promover não só bens e serviços disponíveis nessa rede, como também comportamentos que contribuam para a melhoria da sua qualidade de vida.

ii) Sustentabilidade e Salvaguarda do Balanço

Neste pilar enquadram-se um conjunto de medidas que visam promover, nomeadamente:

- Eficiência operacional e controlo rigoroso de custos;
- Redução da dívida financeira e melhoria dos indicadores de balanço;
- Reforço do rácio de solvabilidade;
- Acompanhamento rigoroso do plano de negócios do Grupo Farminveste e respetivas participadas, fazendo-o convergir para a geração de valor na ANF, salvaguardando assim a defesa de todos os ativos estratégicos.

iii) Pessoas e Cultura Organizacional

Na Farminveste, a gestão adequada das equipas pressupõe um total alinhamento das mesmas para com os objetivos da empresa, pelo que as atividades desenvolvidas neste âmbito devem assegurar:

- Foco no desenvolvimento de equipas coesas, promovendo os principais valores do Grupo Farminveste em termos de gestão de pessoas - disponibilidade, transparência, exigência, colaboração e equidade;
- Investimento na formação contínua e no desenvolvimento de competências técnicas potenciadoras de geração de valor para o Grupo Farminveste;
- Promoção na melhoria das condições de trabalho e no desenvolvimento de atividades que garantam níveis elevados de motivação e satisfação dos colaboradores.

iv) Inovação e Desenvolvimento

Por fim, sendo a Inovação e Desenvolvimento um dos pilares estruturantes e essenciais para que a Farminveste cumpra a sua “**Visão**”, deverá assegurar que, neste âmbito, serão desenvolvidas iniciativas que garantam:

- Desenvolvimento de projetos e soluções inovadoras para o setor da saúde como forma de diversificar a oferta e maximizar o valor da rede de Farmácias;
- Reconhecimento do valor da criação de sinergias e da maximização de competências, nomeadamente através de estabelecimento de parcerias estratégicas.

1.1 VISÃO E VALORES

Visão

Implementar soluções inovadoras que contribuam para a criação de valor em Saúde, melhorando a proposta de valor das Farmácias junto da população.

Valores



1.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES

O portfólio de investimentos da Farminveste, inclui participações relevantes em 7 áreas:

1) Desenvolvimento da Atividade da Farmácia (área recentemente renomeada como Direção de Marketing)



**Farmácias
Portuguesas**

A atividade desenvolvida por esta área de negócio centra-se essencialmente na maximização de valor da rede de Farmácias, consubstanciada na existência de uma marca comum para a rede de Farmácias – “Farmácias Portuguesas”.

Esta marca possui três objetivos:

- Maximizar o valor da rede de Farmácias, através da melhor e mais abrangente prestação de serviços de cuidados de saúde e bem-estar à população, tanto ao nível do espaço físico da farmácia, como ao nível do espaço digital;
- Aumentar a coesão e equidade dentro da rede de Farmácias, garantindo um alinhamento total entre associados e a proposta de valor da ANF, permitindo o acesso de todos aos projetos desenvolvidos pelo universo empresarial;
- Promover a evolução digital das Farmácias, maximizando a geração de valor para a população através do uso das tecnologias da informação para maximizar eficiência na farmácia e trabalhar a informação gerada de forma mais ágil, garantindo, às Farmácias e aos seus profissionais, proatividade na prestação de cuidados de saúde e bem-estar junto da população.

2) Distribuição Farmacêutica



A Farminveste detém uma participação indireta de 51% do capital social da Alliance Healthcare, S.A. (“Alliance Healthcare”), sendo os restantes 49% detidos pelo Grupo AmeriSourceBergen, hoje Cencora.

A Alliance Healthcare é um dos principais *players* nacionais no mercado da distribuição farmacêutica, com uma presença determinante enquanto grossista, através da Alliance Healthcare e também como pré-grossista através da Alloga-Logifarma.

Em conjunto, ambos os setores são responsáveis pela ligação da indústria farmacêutica às Farmácias de oficina e aos prestadores de cuidados de saúde, desempenhando um papel fundamental no acesso aos medicamentos pelos clientes finais.

3) Sistemas de Informação

Glantt Global

O investimento da Farminveste na área de Sistemas de Informação materializa-se através da participação maioritária indireta na Glantt (76,4%).

A Glantt – Global Intelligent Technologies, S.A., que hoje se apresenta como **Glantt Global**, é uma multinacional tecnológica de origem portuguesa, cotada na Euronext Lisbon.

Com mais de 1.200 colaboradores, relançou recentemente a sua marca para melhor comunicar os seus dois focos de atuação:

- **Glantt Life** uma marca direcionada para o sector da saúde, e empenhada no desenvolvimento de um ecossistema digital global, de saúde conectada, que permita causar um impacto positivo na saúde geral das populações.
- **Glantt Next** uma marca que se assume como uma nova consultora tecnológica empresarial, focada em ajudar as empresas nas suas jornadas de transformação digital.

4) Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico



As filiais do grupo HMR atuam no setor da saúde e dedicam-se à criação de conhecimento sobre o mercado da saúde e bem-estar, através da disponibilização de estudos de mercado e da prestação de serviços de consultoria especializada com base nos mais elevados padrões técnicos de gestão da informação. A Farminveste IPG detém uma participação de 100% na HMR Health Market Research International S.A., que é atualmente a holding do Grupo HMR.

Esta sociedade foi constituída em novembro de 2016, com um capital social de 20.000.000€, através da incorporação e aquisição da HMR Portugal, HMR Espanha e HMR Irlanda, sociedades anteriormente detidas pela Farminveste IPG, com o propósito de dinamizar o processo de internacionalização do grupo HMR.

O processo de internacionalização revelou-se demasiado lento e consumidor de recursos, tornando-se, no contexto atual, desajustado dos objetivos estratégicos da Farminveste. Nessa medida, em 2019, foi decidido iniciar o processo de desinvestimento no mercado internacional. No final de 2019 a HMR tomou a decisão de desinvestir no mercado alemão.

Em 2022, a HMR Internacional, em conjunto com o parceiro local Irlandês (IPU) tomaram a decisão de liquidar a sua filial na Irlanda, processo que se iniciou no 2º semestre de 2022 e cujo registo do pedido de liquidação foi formalmente entregue às autoridades locais a 2 de outubro de 2023.

Em 2023, a HMR tomou a decisão de desinvestir na HMR Espanha, apesar da estabilidade e recorrência das suas operações, uma vez que a promoção do crescimento daquelas exigia novos investimentos em tecnologia, durante um período que se previa incerto e superior a ano e meio / dois anos. Durante o processo de desinvestimento, a HMR recebeu uma proposta para aquisição de 100% do capital da sociedade, proposta esta que veio a ser aceite mediante formalização a 7 de novembro de 2023 de acordo de compra e venda da HMR Espanha à Infonis, SA, sujeito à verificação de determinadas condições precedentes. O registo definitivo da operação de compra e venda da sociedade, veio a verificar-se a 22 de dezembro de 2023, deixando a HMR Espanha de fazer parte do grupo HMR.

5) Prestação de Cuidados de Saúde



A CUF, S.A. (www.cuf.pt), tem como missão a prestação de cuidados de saúde de qualidade distintiva, suportada por uma rede integrada de unidades de elevada performance, tanto no setor privado (rede CUF), como no setor público (hospitais integrados no SNS geridos em regime de Parceria Público-Privada - PPP). Com origem em 1945, a CUF tem investido consistentemente na sua expansão, atualmente operando em 24 hospitais e clínicas com cobertura nacional e mais de 818 camas. A CUF é considerada a marca hospitalar privada com a reputação mais elevada em Portugal, resultando da reconstrução em Portugal nos anos noventa, de um grupo com uma forte tradição na área dos cuidados de saúde pela associação entre o grupo Mello e a ANF.

O relançamento da CUF resulta duma parceria estabelecida em 1988 entre o Grupo Mello e a ANF e a rede CUF é hoje considerada a marca hospitalar privada com a reputação mais elevada em Portugal.

A José de Mello Residências e Serviços, SGPS (www.jmellors.pt) desenvolve soluções residenciais para a terceira idade. A empresa explora atualmente duas unidades de residências assistidas, localizadas em Lisboa e na Parede.

A Farminveste detém uma participação indireta de 30% na CUF, S.A e uma participação indireta de 27% no capital da José de Mello Residências e Serviços.

6) Setor Imobiliário



O investimento da Farminveste nesta área de negócio materializa-se através da participação maioritária indireta no Imofarma. O Imofarma é um fundo especial de investimento imobiliário fechado, proprietário da quase totalidade dos imóveis utilizados no desenvolvimento das várias atividades da ANF, Farminveste, Alliance Healthcare, Glantt Global e HMR.

7) Área Corporativa

A Área Corporativa integra diversas Direções de suporte à gestão e ao negócio, e inclui também os encargos gerais não redistribuídos, como sejam os encargos financeiros e os impostos.

As Direções que fazem parte da Área Corporativa são as que seguidamente se detalham e enumeram:

1. A Direção Financeira e Administrativa, que engloba:
 - Finanças Corporativas
 - Planeamento e Controlo de Gestão
 - Serviços partilhados, os quais englobam:
 - A promoção e gestão de projetos imobiliários desenvolvidos para acolher as necessidades imobiliárias das empresas do universo ANF e externas ao Grupo Farminveste, e, bem assim, a exploração do edifício Porto Inova (propriedade do Fundo Imofarma);
 - A gestão administrativa de recursos humanos, a unidade de negociação e de gestão do património das empresas do universo ANF.
2. A Direção de Sistemas de Informação e Transformação Digital;
3. A Direção Jurídica e *Compliance*;
4. A Direção de Pessoas e Cultura Organizacional;
5. O Gabinete da Direção.

1.3 GOVERNO SOCIETÁRIO

A Farminveste SGPS é uma empresa detida a 87,76% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF), sendo o restante capital detido por acionistas minoritários, na sua maioria sócios da ANF, constituindo o free float 12,24%.



ÓRGÃOS SOCIAIS

Na Assembleia Geral de 17 de agosto de 2021, foram eleitos, por um período de três anos, os membros dos órgãos sociais da Farminveste SGPS para o triénio 2021-2023.

Na Assembleia Geral que foi concluída a 7 de março de 2024, foram eleitos, por um período de três anos, os atuais membros dos órgãos sociais da Farminveste SGPS para o triénio 2024-2026, conforme comunicado publicado oportunamente aos senhores acionistas e ao mercado. Posteriormente, verificou-se a renúncia de um vogal do Conselho Fiscal que foi substituído pelo membro suplente anteriormente eleito.

ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é o órgão supremo de governo da sociedade. É através desta que os acionistas participam ativamente nas decisões da Empresa.

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com os Estatutos da Sociedade.

Composição da Mesa de Assembleia Geral:

Presidente: Maria da Luz Toregão Romão Sequeira

Vice-Presidente: Victor Réfega Fernandes

Secretário: Marcos André Alves Teixeira

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da sociedade, sendo atualmente composto pelos seguintes membros:

Presidente: Ema Isabel Gouveia Martins Paulino Pires

Vogal: José Luis Bonifácio Lopes

Vogal: Luis Miguel Reis Sobral

Vogal: Rui Manuel Assoreira Raposo

Fiscal Único

Presidente: António Canaveira Paula de Campos

Vogal: Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda. - representada por Carlos Manuel Charneca Moleirinho Grenha

Vogal: Maria Balbina Boino Cravo

1.4 RELAÇÃO COM INVESTIDORES

Euronext Access Lisbon

A Farminveste SGPS apresenta uma base estável de mais de 3.000 acionistas e mantém as ações de categoria B (num total de 2.500.000) admitidas à negociação no Euronext Access Lisbon, tendo sido transacionadas 22.809 ações em 2022 (menos de 1%). O turnover das transações realizadas foi de 38.402€ o que equivale a um preço medio de transação de 1,68€. A 12 de abril de 2024 o título apresentava um valor de referência de 1,40€.

Em cumprimento do disposto no nº 2 do Artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que a Sociedade não adquiriu nem alienou quaisquer ações próprias durante o exercício e que, no final de 2023, não detinha quaisquer ações próprias.



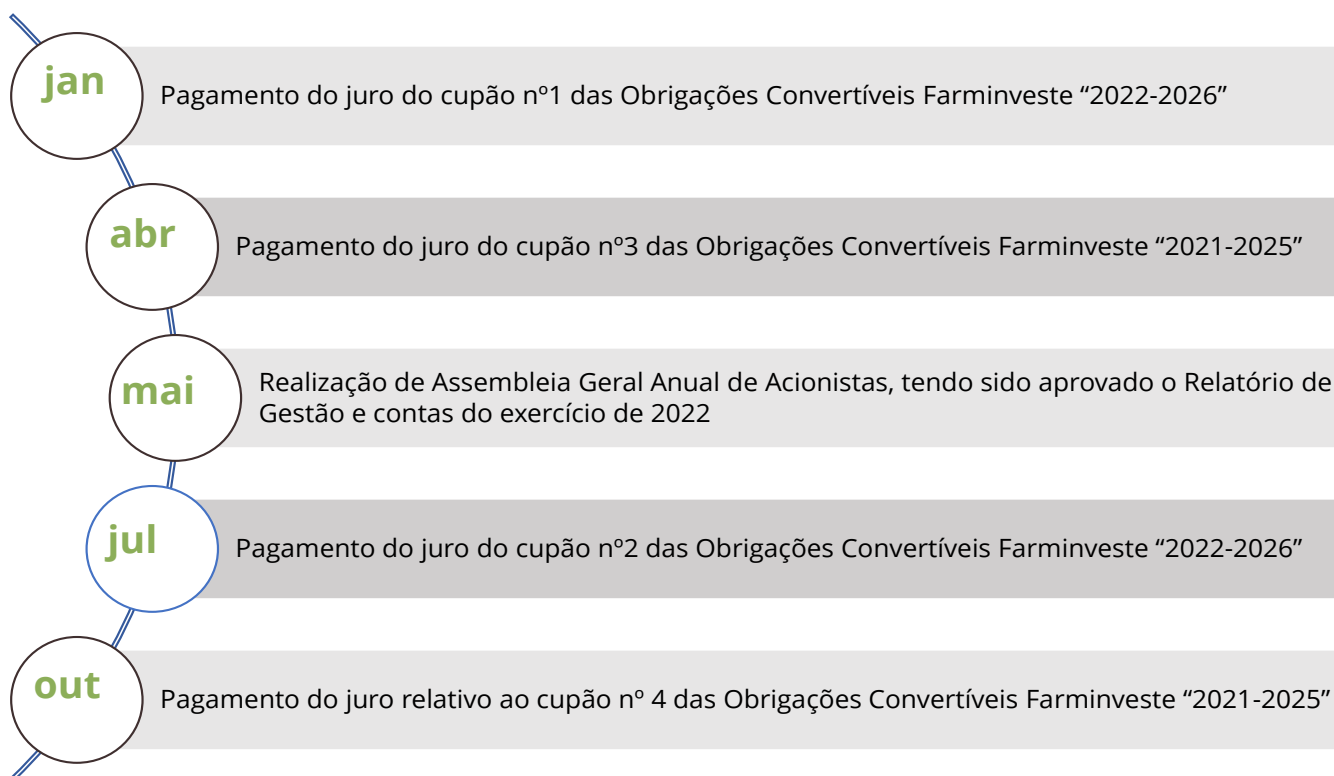
Fonte : Euronext Access

2. RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Farminveste SGPS submete à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas o presente documento contendo, entre outros elementos, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, bem como a Proposta de Aplicação dos Resultados relativos ao exercício de 2022.

A sociedade foi formalmente constituída em setembro de 2010, com um capital social de €100.000.000, tendo por objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

2.1 EVENTOS RELEVANTES DE 2023



2.2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2023, a economia mundial cresceu 2,6%, desacelerando pelo 2º ano consecutivo. De acordo com as projeções do Banco Mundial, esta tendência deverá manter-se ainda em 2024, com a economia mundial a crescer na ordem dos 2,4%, acelerando depois para 2,7%, em 2025.

O crescimento da economia mundial foi impulsionado sobretudo pela atividade das economias de mercados emergentes e dos Estados Unidos, enquanto nas restantes economias avançadas, as políticas monetárias e as condições de financiamento restritivas associadas aos efeitos prolongados de fatores geopolíticos sobre os preços dos produtos energéticos, continuaram a afetar significativamente a procura. Nos Estados Unidos, a economia foi mais resiliente do que o esperado, em resultado precisamente de uma procura interna robusta e de um mercado de trabalho forte.

	2021	2022	2023e	2024f	2025f
Mundo	6,2	3,0	2,6	2,4	2,7
Economias avançadas	5,5	2,5	1,5	1,2	1,6
Estados Unidos	5,8	1,9	2,5	1,6	1,7
Zona do Euro	5,9	3,4	0,4	0,7	1,6
Japão	2,6	1,0	1,8	0,9	0,8
Mercados emergentes e economias em desenvolvimento	7,0	3,7	4,0	3,9	4,0
Leste Asiático e Pacífico	7,5	3,4	5,1	4,5	4,4
Europa e Ásia Central	7,1	1,2	2,7	2,4	2,7
América Latina e Caribe	7,2	3,9	2,2	2,3	2,5
Oriente Médio e Norte da África	3,8	5,8	1,9	3,5	3,5
Sul da Ásia	8,3	5,9	5,7	5,6	5,9
África Subsaariana	4,4	3,7	2,9	3,8	4,1

Fonte: The World Bank - Perspetivas económicas janeiro 2024

Na zona euro, o PIB real aumentou 0,4% em 2023, o que compara com uma evolução de 3,4% em 2022. As repercussões económicas da guerra, que, no essencial, continuaram a impor preços elevados nos produtos energéticos, aliadas a uma política monetária restritiva e ao enfraquecimento da procura mundial, penalizaram particularmente o sector da indústria em 2023, enquanto o setor dos serviços beneficiou, durante boa parte do ano, dos efeitos da reabertura da economia após a pandemia.

À medida que os efeitos da subida das taxas de juro e da aplicação de uma política de concessão de crédito mais restritiva, se estenderam aos diversos sectores, verificou-se um abrandamento generalizado da atividade económica na zona euro.

Durante 2023, o BCE continuou a aumentar as taxas de juro diretoras, em mais 200 pontos base, elevando a taxa da facilidade permanente de depósito para 4%. Como resultado da aplicação da política monetária adotada pelo BCE, a taxa de inflação reduziu acentuadamente, tendo a inflação global na área do euro passado de 9,2% em dezembro de 2022, para 2,9% em dezembro de 2023.

O crescimento da economia portuguesa em 2023 foi de 2,3%, ligeiramente superior às projeções avançadas há um ano pelo banco de Portugal.

	2023	2024 (p)	2025 (p)	2026 (p)
PIB	2,3	2,0	2,3	2,2
IHPC	5,3	2,4	2,0	1,9

Fonte: Boletim Económico de março 2024 do Banco de Portugal

A economia portuguesa deverá continuar a apresentar um crescimento superior ao da área do euro, perspetivando-se um crescimento económico de 2% em 2024 e 2,3% em 2025. A inflação deverá continuar a diminuir, para 2,4% em 2024, 2% em 2025 e 1,9% em 2026. À semelhança dos Estados Unidos, o crescimento mais favorável que o esperado, refletiu, em larga medida, a resiliência do mercado de trabalho. O emprego continuou a aumentar, sustentado na elevada criação de novos postos de trabalho. O investimento continuou a crescer, mantendo-se a trajetória de redução da dívida pública e privada. A resiliência da economia portuguesa tem sido alavancada no aumento de competitividade das empresas portuguesas e na melhoria continuada das qualificações da população.

Na saúde, o ano de 2023 ficou marcado pela consolidação do processo de reorganização do Serviço Nacional de Saúde, com a expansão do modelo de Unidades Locais de Saúde (ULS) a todo o território nacional. As trinta e uma novas ULS juntam-se às oito já existentes, perfazendo um total de 39 ULS que integram assim, sob a mesma entidade, diferentes níveis de cuidados de saúde. A Lei do Orçamento do Estado para 2024, aprovada no final do ano, veio também determinar a extinção efetiva das Autoridades Regionais de Saúde.

Foram inscritas no Orçamento do Estado para 2024 importantes medidas para o setor das farmácias comunitárias, sendo a novidade a intenção de “lançar um programa de serviços farmacêuticos para situações de patologia aguda simples, de acordo com protocolos a estabelecer com as ordens dos Médicos e dos Farmacêuticos”, em linha com o defendido pela ANF. A esta medida, junta-se à consolidação da renovação da prescrição crónica e à implementação a nível nacional da dispensa em proximidade de medicamentos hospitalares.

2.3 EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE ECONÓMICA DA FARMINVESTE (CONSOLIDADO)

O ano de 2023 foi um ano de consolidação, com todas as participadas a apresentarem uma evolução positiva da sua atividade, numa performance 182% superior à verificada em 2022.

Resultado Líquido Consolidado (‘000.000 €)	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23
Resultado Líquido dos detentores de capital	2,1	-15,2	1,9	3,6	10,3

- Esta melhoria significativa do Resultado Líquido consolidado da Farminveste (+6,7 Milhões de Euros) resultou da evolução dos indicadores operacionais correntes, verificáveis ao nível do EBITDA, conforme se detalha abaixo:
- aumento do Volume de Negócios Consolidado em 18 Milhões de Euros (superior ao aumento dos custos diretos de produção, designadamente CMVM, Gastos com Pessoal e FSE’s)
- aumento em CMVMC em 6,9 Milhões de Euros;
- aumento dos Gastos com Pessoal e FSE’s em 5,8 Milhões de Euros;
- melhoria em ganhos e perdas de participadas em 1,3 Milhões de Euros.

Principais indicadores (‘000.000 €)	dez/22	dez/23	Var.	Var %
Volume de Negócios	831,3	849,3	18,0	2,2%
CMVMC	-653,8	660,7	6,9	1,1%
Gastos com o Pessoal e FSE	-148,7	154,4	5,8	3,9%
Ganhos e Perdas com Participadas (MEP)	10,3	11,6	1,3	13,0%
EBITDA	44,9	53,0	8,1	18,1%
Operações Descontinuadas	-1,3	0,4	1,7	-126,9%
Interesses Minoritários	6,8	7,8	1,0	14,6%
Resultado Líquido Consolidado	3,6	10,3	6,7	182,7%

A melhoria de EBITDA de 8,1 Milhões de Euros entre 2022 e 2023 deveu-se à evolução do resultado das participadas, conseguido através da evolução do Volume de Negócios acompanhada por um rigoroso controlo de gasto.

A evolução dos indicadores listados na tabela acima, detalhado pelas diversas áreas de negócio é apresentado abaixo.

Volume de Negócios

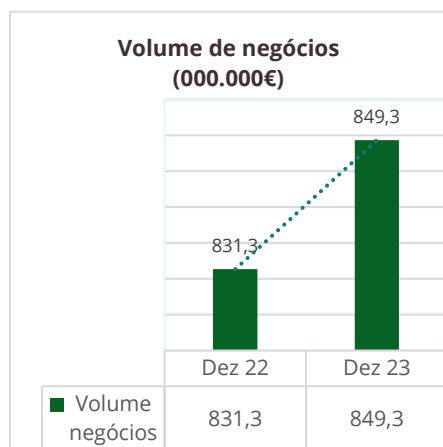
Em termos consolidados, o Volume de Negócios da Farminveste no ano de 2023 foi de 849,3 Milhões de Euros, mais 18 Milhões de Euros do que em 2022, o que representa um crescimento de 2,2% face ao ano anterior.

Em 2023, a área cuja evolução face a 2022 foi mais significativa foi a área de sistemas de informação (Glintt Global), que cresceu 7,6 Milhões de euros (+6,7% do que em 2022), seguida da Distribuição Farmacêutica que cresceu em termos absolutos 5,6 Milhões de euros (+0,8% do que em 2022).

A área de Desenvolvimento da Atividade da Farmácia também contribuiu positivamente, com um crescimento de quase 1 Milhão De Euros (+4,8% do em quem 2022).

A Área de Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico, apresentou uma diminuição do seu volume de negócios em Portugal de 0,4 Milhões de Euros, fruto da enorme pressão de preços praticada no mercado.

O sector Imobiliário e a Área Corporativa, cujas receitas são maioritariamente internas tiveram um decréscimo de atividade, devido à internalização de serviços por parte das empresas, que até então eram assegurados na modalidade de serviços partilhados. Incorporam também atualização do contrato de fornecimento de dados com a HMR, que no corrente ano, viu o seu valor reduzido em 2,1 Milhões de Euros.

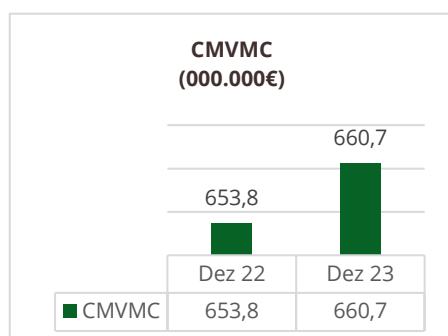


Volume de Negócios Consolidado ('000.000€)	dez/22	dez/23	Var.	Var. %
Distribuição Farmacêutica	698,8	704,4	5,6	0,8%
Sistemas de Informação	112,6	120,2	7,6	6,7%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	8,1	7,7	-0,4	-5,5%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	19,3	20,1	0,9	4,5%
Setor Imobiliário	5,0	5,1	0,1	2,8%
Área Corporativa	14,0	11,5	-2,4	-17,4%
Ajustamentos de Consolidação	-26,4	-19,7	6,8	-25,6%
TOTAL FV SGPS Consolidado	831,3	849,3	18,0	2,2%

CMVMC

O valor consolidado do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC) corresponde, essencialmente, aos valores registados pelos negócios de Distribuição Farmacêutica (que representam 97% do valor total) e da área de Sistemas de Informação, que representam os restantes 3% no peso da rubrica.

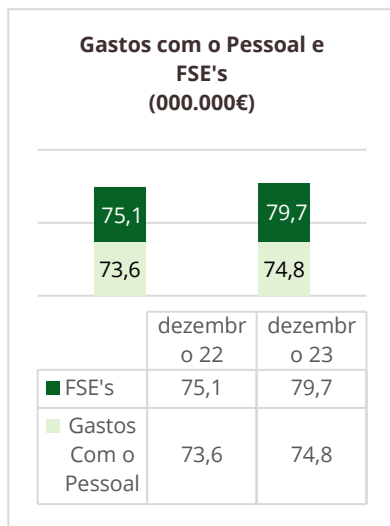
Na área da Distribuição Farmacêutica verificou-se uma melhoria da Margem Bruta percentual, porquanto o crescimento do CMVMC (0,7%) foi inferior ao crescimento das vendas (0,8%).



CMVMC Consolidado ('000.000 €)	dez/22	dez/23	Var.	Var. %
Distribuição Farmacêutica	636,8	641,1	4,3	0,7%
Sistemas de Informação	16,8	19,4	2,6	15,7%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	0,1	0,1	0,0	-16,0%
TOTAL FV IPG Consolidado	653,8	660,7	6,9	1,1%

Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com o Pessoal

No ano 2023, verificou-se um aumento de 5,7 Milhões de Euros no Total dos Gastos com o Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's), o que corresponde a um aumento de 3,9% face ao ano de 2022. Em termos absolutos, o aumento total dos Gastos com o Pessoal, FSE's e CMV, totalizou 12,6 Milhões de euros, o que, uma vez comparado com o valor absoluto do aumento do Volume de Negócios (18 Milhões de Euros) equivale a cerca de 70% daquele valor, permitindo assim geração de valor para o grupo, através da melhoria do resultado operacional. Este aumento dos FSE's e dos Gastos incorpora ainda assim atualizações salariais realizadas em 2023 para fazer face ao aumento do custo de vida dos colaboradores, mas incorpora igualmente medidas de controlo e redução da despesa.



FSE e Gastos com o Pessoal Consolidado ('000.000 €)	dez/22	dez/23	Var.	Var %
TOTAL FSE	75,1	79,7	4,58	6,1%
Distribuição Farmacêutica	18,7	18,9	0,18	1,0%
Sistemas de Informação	32,7	35,2	2,48	7,6%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	1,2	1,6	0,44	36,7%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	19,1	20,3	1,27	6,6%
Setor Imobiliário	0,5	0,6	0,11	19,7%
Área Corporativa	2,8	2,9	0,10	3,6%
TOTAL Gastos com o Pessoal	73,6	74,8	1,14	1,5%
Distribuição Farmacêutica	20,5	22,1	1,61	7,8%
Sistemas de Informação	46,7	47,0	0,37	0,8%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	1,7	1,3	-0,38	23,1%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	1,5	1,2	-0,26	17,9%
Setor Imobiliário	0,0	0,0	0,00	-
Área Corporativa	3,3	3,2	-0,19	-5,6%
TOTAL OPEX FV IPG Consolidado	148,7	154,4	5,7	3,9%

Ganhos e perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica manteve-se sensivelmente estável em 2023, refletindo a performance da CUF e da José de Mello Residências e Serviços, a qual, na proporção das respetivas participações sociais, contribuíram com uma variação positiva no resultado desta rubrica de 1,2 Milhões de Euros.

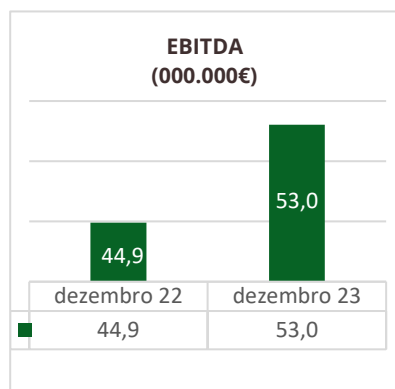
Adicionalmente, a GO FAR também contribuiu com 127 mil euros para o saldo desta rubrica.

Resultado Operacional Bruto (EBITDA)

Em termos consolidados, o Resultado Operacional Bruto (EBITDA) da Farminveste foi de 53 Milhões de Euros, o que representa uma evolução positiva de 8,1 Milhões de Euros, comparativamente com 2022.

No ano de 2023, com exceção da Distribuição Farmacêutica, e da área de Desenvolvimento do Negócio da Farmácia, todas as restantes áreas tiveram evoluções positivas ao nível do EBITDA. O Sector Imobiliário teve a evolução de EBITDA mais expressiva em valor absoluto, mas esta variação incorpora 2,1 Milhões de euros de revalorização de ativos em 2023, enquanto em 2022 ocorreu uma desvalorização de 0,6 Milhões de euros. A área de Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico, conseguiu em 2023 equilibrar o EBITDA, mesmo com redução do volume de negócios, uma vez que reajustou em 2023 o custo de alguns dos seus contratos de produção.

Em virtude das variações verificadas, a taxa de rentabilidade operacional (EBITDA em percentagem do Volume de Negócios) aumentou de 5,4% em 2022 para 6,2% em 2023.



EBITDA Consolidado ('000 .000 €)	dez/22	dez/23	Var	Var %
Distribuição Farmacêutica	20,5	19,7	-0,8	-3,7%
Prestação de Cuidados de Saúde	10,2	11,4	1,2	11,7%
Sistemas de Informação	18,6	19,5	0,8	4,4%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	-3,1	0,0	3,1	-99,9%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	-0,5	-0,4	0,1	-20,7%
Setor Imobiliário	3,1	5,6	2,5	81,0%
Área Corporativa	2,1	2,1	0,0	1,4%
Ajustamentos de consolidação com impacto em resultado	-6,0	-5,0	1,0	-17,0%
TOTAL FV IPG Consolidado	44,9	53,0	8,1	18,1%

Resultado Líquido

Em termos individuais, o contributo por área de negócio para os períodos de dezembro 2023 e 2022, é detalhado no ponto 2.4 do capítulo 2 – relatório de gestão, sendo que o resumo das principais variações e o contributo final para o resultado líquido do ano é o que se resume na presente tabela:

Resultado Líquido Consolidado ('000.000 €)	dez/22	dez/23	Var.	Var %
Distribuição Farmacêutica	4,4	3,7	-0,7	-15,9%
Prestação de Cuidados de Saúde	10,2	11,4	1,2	11,8%
Sistemas de Informação	2,3	3,1	0,8	34,8%
Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	-5,7	-0,9	4,8	-84,2%
Desenvolvimento da Atividade da Farmácia	-0,5	-0,8	-0,3	60,0%
Setor Imobiliário	2,1	4,2	2,1	100,0%
Área Corporativa	-7,9	-10,8	-2,9	36,7%
Operações descontinuadas	-1,3	0,4	1,7	-130,8%
TOTAL	3,6	10,3	6,7	182,7%

Situação Patrimonial

	dez/22	dez/23	Var Abs	Var %
Valores em '000 Euros				
Ativo não corrente	389 915	395 094	5 179	1,3%
Ativos Tangíveis, Intangíveis, Direitos de Uso e Propriedades Investimento	187 381	187 504	123	0,1%
Goodwill	134 397	133 755	-642	-0,5%
Participações Financeiras	56 835	63 617	6 782	11,9%
Outros ativos financeiros	7 248	6 688	-560	-7,7%
Ativos por impostos diferidos	4 053	3 529	-524	-12,9%
Ativo corrente	237 456	229 970	-7 486	-3,2%
Inventários	74 502	71 305	-3 197	-4,3%
Estado e outros entes públicos	2 923	2 506	-417	-14,3%
Contas a receber	134 322	127 279	-7 043	-5,2%
Outros ativos financeiros	7 757	11 424	3 667	47,3%
Ativos não correntes disponíveis para venda	3 907	0	-3 907	-100,0%
Ativos operações descontinuadas	2 185	728	-1 457	-66,7%
Caixa e depósitos bancários	11 861	16 729	4 868	41,0%
Total do ativo	627 371	625 064	-2 307	-0,4%
Capital Próprio	182 925	203 888	20 963	11,5%
Capital atribuível à Empresa-Mae	121 525	138 526	17 002	14,0%
Interesses não controlados	61 400	65 362	3 962	6,5%
Passivo não corrente	182 111	169 835	-12 277	-6,7%
Provisões	9 053	6 608	-2 445	-27,0%
Financiamentos obtidos	152 447	140 089	-12 357	-8,1%
Financiamentos obtidos - Direitos de Uso	7 848	13 140	5 292	67,4%
Passivos por impostos diferidos	8 298	7 994	-304	-3,7%
Outras dividas a pagar	4 466	2 004	-2 463	-55,1%
Passivo corrente	262 334	251 341	-10 993	-4,2%
Contas a pagar	138 963	145 468	6 505	4,7%
Estado e outros entes públicos	8 436	8 334	-102	-1,2%
Financiamentos obtidos	104 801	91 611	-13 190	-12,6%
Financiamentos obtidos - Direitos de Uso	3 538	4 016	478	13,5%
Passivos com operações descontinuadas	6 596	1 912	-4 684	-71,0%
Total do passivo	444 446	421 176	-23 270	-5,2%
Total do capital próprio e do passivo	627 371	625 064	-2 307	-0,4%

No ano de 2023 a situação patrimonial da Farminveste SGPS aumentou em 17 Milhões de Euros, dos quais:

- 10,3 Milhões de Euros resultam da incorporação do Resultado Líquido positivo do ano,
- 4 Milhões de Euros resultam de Aumento de Capital da FV SGPS via Prestações Suplementares da ANF.
- 2,7 Milhões de Euros resultam de ajustamentos em ativos financeiros diretamente sem impacto em resultados

As restantes variações de balanço resultam dos seguintes efeitos:

- Os Ativos tangíveis, intangíveis, ativos direitos de uso e as Propriedades de Investimento, aumentaram 0,123 Milhões de Euros, via aumento dos ativos e respetivo registo das amortizações e depreciações;
- O Goodwill e as Participações Financeiras aumentaram 6,1 Milhões de Euros, dos quais 11,6 Milhões de Euros via incorporação de resultados do ano e 2,7 via ajustamento em ativos financeiros diretamente via situação patrimonial. Ambos os ajustamentos totalizam 14,3 Milhões de Euros. Uma vez que a CUF pagou 8,5 Milhões de dividendos ao total da variação positiva descontou-se o efeito da distribuição de dividendos e apurou-se o valor líquido registado na variação destas rubricas.
- A rubrica de inventários decorre da diminuição dos stocks da AH no valor 3,8 Milhões, e do aumento dos Stocks da Glintt e 0,6 Milhões de euros de euros-
- As outras contas a receber variaram 7 Milhões de euros, essencialmente devido a um aumento de valores a receber na HMR no montante de 0,8 Milhões de euros, e pela redução de montantes a receber na FV IPG em 2,7 Milhões de euros, na Glintt em 4,8 Milhões de euros e na AH uma diminuição em 0,2 Milhões de euros.

- Os passivos correntes, aumentaram 6,5 Milhões de Euros, essencialmente devido ao aumento de fornecedores na Alliance Healthcare, no montante de 7 Milhões de euros, ao aumento do empréstimo que a FV SGPS tem com a ANF no valor de 1,5 Milhões de euros e à redução de valores a pagar na Glintt em 2,5 Milhões de euros.

Dívida Líquida

A Dívida Líquida, que resulta do somatório das rubricas de Caixa e Depósitos Bancários e Financiamentos Obtidos (de instituições financeiras) reduziu 30,4 Milhões de Euros em 2023, e apresentou as seguintes variações ao nível das empresas:

Dívida Líquida Consolidada (‘000 €)	dez/22	dez/23	Var.	Var. %
FV SGPS	28 032	28 019	-13	0%
FV IPG	90 362	79 172	-11 189	-12%
AH	68 544	59 266	-9 278	-14%
Glintt	35 845	31 264	-4 581	-13%
Imofarma	20 846	15 902	-4 944	-24%
HMR, Globalvet	1 759	1 348	-410	-23%
TOTAL	245 387	214 972	-30 415	-12%

No global todas as participadas têm efetuado um esforço de redução de dívida, o qual tem sido possível através da melhoria dos resultados operacionais e de uma adequada gestão do fundo de maneoio.

Ao nível da Farminveste IPG, a variação de 11,1 Milhões de euros, referida no mapa acima incorpora um saldo de Depósitos à ordem de 31 de dezembro, relativo a pagamento de juros de 31 de dezembro que apenas foram cobrados no primeiro dia útil de janeiro, no montante de 1,8 Milhões de euros, ou seja, traduz um montante de caixa líquida superior devido à cobrança de alguns montantes de juros devidos dia 31 de dezembro (dia não útil bancário) terem sido cobradas apenas em janeiro 2024.

Com efeito, ajustando da variação da caixa líquida, a Farminveste IPG, que tem vindo a acompanhar e cumprir com rigor o Acordo-quadro formalizado junto da banca em setembro de 2021, amortizou no corrente ano, um total de dívida bruta de 9,4 Milhões de euros, dos quais:

- 7 Milhões de euros tratou-se de reembolso de emissão obrigacionista
- 2,2 Milhões de euros tratou-se de reembolso de dívida efetuado no seguimento do plano de reembolso definido no acordo de reestruturação de dívida formalizado com a banca em setembro 2021 e demais planos de reembolso em curso.
- 0,135 Milhões de euros tratou-se de uma amortização antecipada extraordinária de dívida resultante do produto da venda da Aponatura

A totalidade do serviço da dívida da Farminveste IPG ascendeu a 15,9 Milhões de euros, tendo acrescido ao montante dos reembolsos de capital comentado anteriormente de 9,4 Milhões de euros, o correspondente pagamento de juros de 6,5 Milhões de euros.

A redução de dívida da AH e Glintt Global resultaram da melhoria dos resultados operacionais e da adequada gestão de fundo de maneoio, e no caso da Glintt Global, importa referir que a redução de dívida incorporou, pela primeira vez a distribuição de 1,496 Milhões de euros de dividendos, o que significou o pagamento de um dividendo bruto de 0,0172 euros por ação.

Relativamente ao Imofarma, a conclusão do processo de venda da Quinta das Janelas em Óbidos, permitiu o reembolso antecipado de dívida, ao qual acresceu o pagamento de dívida previsto no plano, num total de 4,9 Milhões de euros.

Relativamente à HMR, a melhoria dos resultados operacionais permitiu ao nível da operação em Portugal, efetuar as amortizações de dívida previstas nos planos de financiamento, ainda assim, a operação internacional (Espanha), careceu de 700 mil euros de fundos, necessários para pagamento de responsabilidades da sociedade HMR Espanha, antes da operação de venda. Para tal, uma vez que a aportação de fundos às participadas encontra-se limitado nos termos do acordo formalizado com a banca, a Farminveste obteve oportunamente aprovação para concretização da transferência de fundos para HMR Espanha, que poderá ir até um limite de 1,5 Milhões de euros. Esta autorização por parte da banca, motivará um aditamento ao acordo quadro, e um pagamento de um *waiver fee* de 37.500 euros a dividir pelos três bancos.

Abaixo apresentamos o mapa resumo da gestão de fundos da Farminveste IPG durante o ano de 2023

Entradas de Fundos 2023	Valor (‘000 €)	Saídas de Fundos 2023	Valor (‘000 €)
Aumento de Capital por parte da FV SGPS mediante recebimento de Prestações Acessórias ANF	4 000	Cash-flow Operacional e capex	233
Dividendos	13 466	Suprimentos Participadas	683
Alienação Participadas	140	Juros	6 546
		Reembolso Dívida Bancária	2 283
		Reembolso Dívida Obrigacionista	7 000
		Antecipação de reembolso de dívida	140
Total Entradas Fundos	17 607	Total Saídas de Fundos	16 885

A diferença positiva entre as entradas e saídas de fundos de 2023 ascendeu a 721 mil euros, representando uma variação positiva ao nível das disponibilidades da Farminveste IPG.

Em termos de Maturidade das linhas, verificou-se uma redução das obrigações de curto prazo no fecho de 2023 em 8 Milhões de Euros, uma vez que foi liquidado no decurso de 2023 um empréstimo obrigacionista existente e cumpriram-se as demais obrigações previstas no plano, sendo que no ano de 2024 as obrigações de curto são menores do que as que estavam previstas para 2022.

Milhões de Euros	dez/22	dez/23	Var.	Var.%
Dívida Líquida IPG + Obrigações SGPS	118,4	107,2	-11,2	-9,4%
Dívida MLP	102,4	101,1	-1,3	-1,3%
Dívida CP	16,2	8,2	-8,0	-49,4%
Caixa total	-0,2	-2,1	-1,8	806,2%

Para além do serviço de Dívida da Farminveste IPG, que decorre essencialmente da dívida do Acordo-Quadro formalizado com a banca e de duas outras linhas formalizadas antes daquele Acordo, e que a Farminveste IPG tem vindo a cumprir, a Farminveste SGPS emitiu em 2021 e 2022 obrigações convertíveis, cuja maturidade vence nos anos seguintes:

- Obrigações Convertíveis Farminveste SGPS – “2021- 2025” – com vencimento 15 de outubro de 2025, no montante total de 13,6 Milhões de Euros
- Obrigações Convertíveis Farminveste SGPS – “2022- 2026” – com vencimento a 20 de julho de 2026, no montante total de 14,4 Milhões de Euros

Em 2024, a Farminveste SGPS e a Farminveste IPG vão implementar um conjunto de medidas tendentes à redução significativa da dívida bancária da FV IPG, bem como à criação de condições para garantir os meios necessários ao reembolso das duas emissões de obrigações convertíveis.

2.4 PERFORMANCE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO

A Farminveste SGPS detém a Farminveste IPG a 100% que concentra as atividades empresariais do Universo Empresarial ANF, quer através da participação direta em outras sociedades, quer através do desenvolvimento de atividades operacionais. Em termos individuais, o contributo para os resultados consolidados de cada área de negócio para os períodos de dezembro de 2023 e dezembro de 2022, é detalhado nos mapas abaixo.

dez/23	Contas individuais							Contas consolidadas			
Valores em '000 €	Distribuição Farmacêutica	Prestação de Cuidados de Saúde	Sistemas Informação	Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	Des. da Atividade da Farmácia	Setor Imobiliário	Área Corporativa	Total	Operações ICO	Ajustamentos de consolidação	Farminveste SGPS
Volume de Negócios	704 361	-	120 160	7 664	20 117	5 129	11 537	868 968	-19 690	-	849 278
EBITDA	19 750	11 360	19 459	-3	-364	5 582	2 131	57 915	-	-4 901	53 014
Amortizações / Provisões	-8 409	-	-8 092	-692	-383	0	-4 258	-21 835	-	4 441	-17 394
Resultados financeiros	-2 314	-	-3 286	-121	-5	-483	-8 416	-14 625	-	453	-14 172
Interesses não controlados	1 653	-	767	-	-	-	-	2 420	-	-	2 420
Operações descontinuadas	-	-	-47	380	-	-	-	334	-	29	362
Resultado Líquido Participadas	7 316	11 360	4 030	-499	-826	5 099	-10 766	15 713	-	2 449	18 161
Interesses minoritários	3 585	-	951	-	-1	909	-	5 444	-	2 405	7 849
Resultado Líquido Consolidado FV SGPS	3 731	11 360	3 079	-499	-825	4 190	-10 766	10 269	-	44	10 312

dez/22	Contas individuais							Contas consolidadas			
Valores em '000 €	Distribuição Farmacêutica	Prestação de Cuidados de Saúde	Sistemas Informação	Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico	Des. da Atividade da Farmácia	Setor Imobiliário	Área Corporativa	Total	Operações ICO	Ajustamentos de consolidação	Farminveste SGPS
Volume de Negócios	698 790	-	112 596	8 109	19 256	4 991	13 966	857 707	-26 450	-	831 257
EBITDA	20 504	10 235	18 645	-3 117	-552	3 083	2 101	50 900	-1 119	-4 880	44 901
Amortizações / Provisões	-8 129	-	-8 540	-1 391	-208	-	-3 961	-22 229	-	4 637	-17 592
Resultados financeiros	-1 402	-	-2 300	-143	-3	-540	-6 090	-10 478	-	338	-10 140
Interesses não controlados	1 072	-	527	-240	-	-	-	1 359	-	-	1 359
Operações descontinuadas	-	-	-5	-7 533	232	-	-	-7 306	-	5 961	-1 345
Resultado Líquido	8 722	10 235	3 217	-12 176	-470	2 544	-7 872	4 199	-1 206	7 501	10 494
Interesses minoritários	4 274	-	791	-	-	454	-	5 519	-	1 328	6 847
Resultado Líquido consolidado	4 448	10 235	2 425	-12 176	-470	2 090	-7 872	-1 319	-1 206	6 172	3 647

A performance individual de cada Unidade de Negócio é detalhada nas páginas seguintes:

Distribuição Farmacêutica

Volume de Negócios: 704,361 M Euros

Resultado Operacional Bruto (EBITDA): 19,75 M Euros

Resultado Líquido: 7,3 M Euros

Alliance Healthcare (‘000 €)	dez/22	dez/23	Var	Var%
Volume de Negócios	698 790	704 361	5 571	0,8%
CMVCM	-637 005	-641 341	-4 335	0,7%
Margem Bruta	61 784	63 020	1 236	2,0%
FSE	-22 260	-22 331	-71	0,3%
Gastos com o Pessoal	-20 629	-22 121	-1 491	7,2%
Provisões e imparidades	2 496	958	-1 538	-61,6%
Outros ganhos	854	1 593	739	86,6%
Outros gastos	-1 741	-1 370	371	-21,3%
EBITDA	20 504	19 750	-755	-3,7%
Amortizações	-8 129	-8 409	-280	3,4%
Resultados financeiros	-1 402	-2 314	-913	65,1%
Impostos	-1 180	-57	1 123	-95,2%
Interesses minoritários	-1 072	-1 653	-582	54,3%
Resultado Líquido	8 722	7 316	-1 406	-16,1%

A Alliance Healthcare teve no ano de 2023, um Volume de Negócios Consolidado de 704,361 Milhões de Euros.

Comparativamente com igual período do ano anterior, verificou-se um crescimento 0,8% (+5,6 Milhões de Euros) face ao mesmo período de 2022. A variação no CMVCM foi ligeiramente inferior o que permitiu melhorar a Margem Bruta em percentagem, ou seja, passou de 8,8% em 2022, para 8,9% em 2023.

O Resultado Operacional Bruto de 2023 foi de 19,75 Milhões de Euros, ligeiramente inferior ao resultado apurado em 2022, em particular devido ao acréscimo de gastos com pessoal e FSE's e a uma menor reversão de perdas por imparidade.

No ano de 2023, o Resultado Líquido da Alliance Healthcare ascendeu a 7,3 Milhões de Euros, o que representou um decréscimo de 1,4 Milhões de Euros (-16,1%) face ao período homólogo de 2022, por via da redução da margem EBITDA e por via do aumento dos encargos financeiros e interesses minoritários.

Os interesses minoritários derivam da operação da Alloga-Logifarma, empresa pré-grossista detida em 51% pela AH, e correspondem precisamente aos 49% que são alocados ao outro acionista. A evolução desta rubrica reflete a melhoria do resultado desta empresa (3,8 Milhões de euros em 2023, face a 2,6 Milhões de euros em 2022), os quais, no global permitiram compensar a diminuição dos resultados da atividade grossista.

Prestação de Cuidados de Saúde

Contributo para o Resultado Operacional Bruto (EBITDA): +11,4 M Euros

Os resultados da Farminveste na área da Prestação de Cuidados de Saúde derivam do resultado de duas participações minoritárias, de 30% e 27%, respetivamente, nas empresas CUF e José de Mello Residências e Serviços.

A incorporação dos resultados destas sociedades teve um impacto no EBITDA consolidado de +11,4 Milhões de Euros, dos quais 11,345 Milhões de Euros dizem respeito ao contributo da CUF e 0,014 Milhões de Euros dizem respeito à incorporação da quota parte do resultado da José de Mello Residências e Serviços. A CUF apresentou um Volume de Negócios de 747 Milhões de euros, o que representou um crescimento de 19%. O resultado operacional aumentou 27%, totalizando 72 Milhões de Euros.

Sistemas de Informação

Volume de Negócios: 120,2 M Euros

Resultado Operacional Bruto (EBITDA): 20,2 M Euros

Resultado Líquido: 4 M Euros

Glantt (‘000 €)	dez/22	dez/23	Var	Var%
Volume de Negócios	112 596	120 160	7 564	6,7%
CMVCM	-16 766	-19 394	-2 628	15,7%
Subcontratos	-22 222	-24 034	-1 812	8,2%
Margem Bruta	73 608	76 732	3 124	4,2%
FSE	-12 312	-12 903	-591	4,8%
Gastos com o Pessoal	-46 663	-47 030	-367	0,8%
Ganhos/Perdas MEP	34	37	3	9,1%
Outros ganhos/gastos	3 978	3 366	-613	-15,4%
EBITDA	18 645	20 202	1 557	8,3%
Amortizações	-8 830	-8 092	738	-8,4%
Perdas por imparidade	290	-743	-1 033	-356,1%
Resultados financeiros	-2 300	-3 286	-986	42,9%
Impostos	-4 055	-3 237	818	-20,2%
Atividades descontinuadas	-5	-47	-42	835,8%
Interesses minoritários	-527	-767	-240	45,5%
Resultado Líquido	3 217	4 030	813	25,3%

A Glantt Global encerrou o ano de 2023 com um Volume de Negócios de 120,2 Milhões de Euros, o que representou um crescimento de 6,7% face a 2022, ou seja, um aumento de 7,6 Milhões de Euros.

Este crescimento teve origem quer no mercado nacional, quer no mercado espanhol.

Em termos de resultados operacionais, a Glantt Global encerrou o ano de 2023 com um EBITDA de 20,2 Milhões de Euros, superior em 8,3% ao resultado alcançado em 2022. Esta evolução resulta do crescimento da margem operacional bruta, mais precisamente pela evolução das receitas, e também pelo controlo rigoroso dos gastos operacionais.

Em 2023, fruto do aumento das taxas Euribor, a Glantt Global sofreu um aumento dos encargos financeiros de quase 1 Milhão de euros.

Em 2023, a Glantt Global alcançou um Resultado Líquido superior a 4 Milhões de euros, o que representa uma evolução positiva de 25,3% face a 2022. Este resultado continua a ter um contributo muito significativo da atividade em Espanha, mas a atividade em Portugal já apresenta resultados positivos crescentes em 2023.

Inteligência sobre o Mercado Farmacêutico

Volume de Negócios: 7,7 M Euros

Resultado Operacional Bruto (EBITDA): 0 M Euros

Operações Descontinuadas = 0,38 M Euros

Resultado Líquido: -0,5 M Euros

HMR ('000 €)	dez/22	dez/23	Var	Var%
Volume de Negócios	8 109	7 664	-445	-5,5%
FSE	-9 338	-6 311	3027	-32,4%
Gastos com o Pessoal	-1 844	-1 280	564	-30,6%
Provisões e imparidades	-53	-37	16	-30,4%
Outros ganhos	40	0	-40	-99,9%
Outros gastos	-30	-38	-8	25,9%
EBITDA	-3 117	-3	3 114	-99,9%
Amortizações	-1 391	-692	698	-50,2%
Resultados financeiros	-143	-121	22	-15,4%
Impostos	-232	-63	169	-72,8%
Atividades descontinuadas (a)	-7 533	380	7 913	-105,1%
Interesses minoritários	240	0	-240	-100,0%
Resultado Líquido	-12	-499	11 676	-95,9%
	176			

Detalhe das Operações Descontinuadas	Valor ('000€)
Valor de venda da HMR Espanha	840,0
Produção HMR ES durante período transição e pós venda	160,0
Resultado Líquido de 2023 da HMR Irlanda considerando ajustamentos de liquidação	3 867,0
Eliminações ICO entre a HMR Internacional e a HMR Irlanda	-4 050,9
Gastos suportados pela HMR INT afetos à HMR Alemanha	-49,8
Gastos suportados pela HMR INT afetos à HMR Irlanda	-2,3
Reversão da provisão para encerramento da HMR Espanha	222,1
Reversão da provisão para encerramento da HMR Irlanda	293,2
Amortizações Software de Produção HMR Espanha	-876,0
Amortizações Software de Produção HMR Irlanda	-22,9
	380,5

Resumo das Operações Descontinuadas por geografias (000.000€)	2023	2022
HMR Espanha	346	-6 142
HMR Alemanha	-50	6
HMR Irlanda	84	-1 397
Total	380	-7 533

A performance financeira da HMR em 2023, foi marcada sobretudo pelo encerramento das operações da HMR Irlanda e pela alienação da HMR Espanha, porquanto, o impacto económico relacionado com o desinvestimento nestas duas filiais havia já sido registado nas contas de 2022. Assim, em 2023, o encerramento destas unidades, teve maior impacto ao nível do balanço, onde se verificou uma redução dos passivos líquidos com estas unidades de 4 milhões de euros face a 2023. Adicionalmente, e resultante do produto da venda da HMR Espanha, a HMR Internacional registou um ativo de 840 mil euros que será cobrado durante 4 anos (2024 a 2027) e permitirá devolver suprimentos à Farminveste IPG, a qual utilizará esses fundos para amortizar dívida, conforme previsto no Acordo-Quadro formalizado com a banca.

O encerramento destas unidades e a evolução da sua performance económica foi positivo em 2023 em 380 mil euros. Os gastos diretos com o fecho da HMR Espanha permitiram ainda anular uma parte da provisão que havia sido constituída em 2022 (222K€), e para além disso, o resultado de 380K€ incorpora também o registo de amortizações extraordinárias de ativos de produção ao nível da HMR Internacional (as quais não tem efeito financeiro, mas meramente económico).

Por sua vez, também o resultado da atividade da HMR Portugal e da Holding, que foi equilibrado ao nível do EBITDA, torna-se negativo em 880 mil euros, por força do registo de amortizações e gastos de financiamento líquido, de 690 mil euros e 120 mil euros, respetivamente. Ainda assim, este resultado representa uma melhoria significativa face a 2022, em que haviam sido apurados 4,8 milhões de euros de prejuízo. Esta evolução favorável deveu-se sobretudo à evolução da atividade da HMR Portugal, que foi positiva em 247 mil euros e à redução de 3,5 Milhões de Euros ao nível dos gastos operacionais, quer na holding quer na HMR Portugal, para os quais, contribuiu a redução de 2,1 Milhões de Euros relativos à atualização do valor do contrato de fornecimento de dados, aditado em 2023 com a Farminveste IPG e a HMR Portugal.

Desenvolvimento da Atividade da Farmácia

Volume de Negócios: 20,1 M Euros

Resultado Operacional Bruto (EBITDA): -0,4 M Euros

Resultado Líquido: -0,82 M Euros

Desenvolvimento da Atividade da Farmácia ('000 €)	dez/22	dez/23	Var	Var%
Volume de Negócios	19 256	20 117	862	4,5%
Farmácias Portuguesas	18 371	19 552	1 182	6,4%
Aponatura	331	0	-331	-100,0%
Globalvet	554	565	12	2,1%
EBITDA	-552	-364	188	-34,1%
Farmácias Portuguesas	-673	-627	47	-6,9%
Aponatura	69	77	8	11,7%
Globalvet	47	59	12	26,2%
Go Far	6	127	121	2022,6%
Amortizações	-208	-383	-175	84,4%
Farmácias Portuguesas	-183	-363	-180	98,3%
Aponatura	0	0	0	0,0%
Globalvet	-24	-19	5	-20,7%
Resultado financeiro	-3	-5	-2	71,2%
Farmácias Portuguesas	-2	-3	-1	73,7%
Aponatura	0	0	0	0,0%
Globalvet	-1	-2	-1	68,4%
Resultado líquido	-470	-826	-357	75,9%
Farmácias Portuguesas	-766	-1 001	-235	30,7%
Aponatura	53	77	24	44,1%
Globalvet	6	-30	-35	-615,2%
Go Far	5	127	122	2447,1%
Farbiowell (*)	232	0	-232	-100,0%

A atividade desenvolvida nesta área de negócio incorpora a exploração do Programa Farmácias Portuguesas e a atividade das empresas Globalvet e Go Far, e em 2022 ainda incorporava a Aponatura que foi alienada durante o corrente exercício.

O volume de negócios global aumentou 4,5% explicado pelo crescimento de atividade da área das Farmácias Portuguesas, que equivale a um aumento do Volume de Negócios, de 1,2 Mil Euros (+6,4%). dos quais 0,9 Milhões de Euros derivam da emissão de Pontos do Cartão "Saúda" (Programa de Fidelização). A emissão de novos pontos ao abrigo do programa de fidelização totalizou no ano 15,5 Milhões de Euros, o que representa um crescimento de 5,8% face a 2022. Os remanescentes 4 Milhões de Euros de volume de atividade da área, dizem respeito a parcerias, campanhas e protocolos formalizados com distintos parceiros para alavancar o crescimento da atividade das farmácias.

Do lado dos custos, a evolução do Volume de Negócios ao nível da emissão de pontos, permitiu libertar margem bruta direta de 2,5 Milhões de Euros, porquanto o valor dos rebates (pontos consumidos pelas pessoas na utilização do seu cartão das farmácias portuguesas) e que representa um gasto de FSE's de 13,1 Milhões de euros, teve uma variação face a 2022 de 6,1%. A margem liberta pelo programa de fidelização foi consumida pelos demais custos de estrutura, nomeadamente Pessoal e FSE's que se mantiverem estáveis em 2023.

A unidade Farmácias Portuguesas apresentou um resultado operacional negativo de 1 Milhão de euros, o qual incorpora amortização extraordinária de ativos intangíveis que foram descontinuados no corrente exercício. As marcas próprias contribuíram positivamente para o resultado líquido do ano, que foi negativo em 825 mil euros.

Setor Imobiliário

Volume de Negócios: 5,1 M Euros

Resultado Operacional Bruto (EBITDA): 5,6 M Euros

Resultado Líquido: 5,1 M Euros

Imofarma ('000 €)	dez/22	dez/23	Var	Var%
Volume de Negócios	4 991	5 129	137	2,8%
FSE	-1 011	-1 192	-181	17,9%
Provisões e imparidades	91	-29	-120	-131,6%
Outros ganhos	89	2 245	2 155	2415,1%
Outros gastos	-1 077	-571	507	-47,0%
EBITDA	3 083	5 582	2 498	81,0%
Resultados financeiros	-540	-483	57	-10,5%
Resultado Líquido	2 544	5 099	2 555	100,4%

O volume de negócios do Fundo Imofarma aumentou 2,8% face a 2022, por via da atualização das rendas.

O Resultado Operacional Bruto ascendeu a 5,6 Milhões de Euros, o que representou uma melhoria de 2 Milhões de euros, essencialmente devido à existência em 2023 de reavaliação de imóveis, no montante total de 2,1 Milhões de euros.

O Resultado Líquido desta unidade de negócio ascendeu a 5,1 Milhões de Euros.

Durante o ano de 2023, foi alienada a Quinta das Janelas em Óbidos, que originou nas contas do Fundo Imofarma, o registo de uma mais-valia de 93,5 mil euros, e um encaixe pelo produto da venda de 4 M euros.

Áreas Corporativas

Volume de Negócios: 11,5 M de Euros

Resultado Operacional Bruto (EBITDA): +2,1 M Euros

Resultado Líquido: -10,766 M de Euros

Área Corporativa ('000 €)	dez/22	dez/23	Var	Var%
Volume de Negócios	13 966	11 537	-2 428	-17,4%
FSE	-8 567	-7 127	1 440	-16,8%
Gastos com o Pessoal	-3 302	-3 217	85	-2,6%
Provisões e imparidades	-156	913	1 069	-685,1%
Outros ganhos	75	76	1	1,3%
Outros gastos	-6	-51	-45	741,7%
EBITDA	2 010	2 131	121	6,0%
Amortizações	-3 961	-4 258	-297	7,5%
Resultados financeiros	-6 090	-8 416	-2 325	38,2%
Impostos	169	-223	-392	-232,0%
Resultado Líquido	-7 873	-10 766	-2 893	36,8%

O Volume de Negócios desta unidade ascendeu a aproximadamente 11,5 Milhões de Euros, na sua maioria direcionado para o Grupo.

A redução do Volume de Negócios em 2023 face a 2022 decorreu, da transferência de serviços partilhados para a Glintt, bem como da atualização do contrato de fornecimento de dados à HMR por um valor inferior em 2,1 Milhões de Euros.

Ainda assim, o EBITDA de 2023 melhorou 0,12 Milhões de Euros devido a poupanças ao nível dos FSE's e Gastos com Pessoal, bem como reversão de provisão associada a Garantia Bancária cujo risco diminui em 0,9M€.

Em termos de gastos de financiamento, devido ao aumento da Euribor, verificou-se no ano, um acréscimo de 2,3 Milhões de Euros.

A nível do Resultado Líquido verificou-se uma redução de 2,9 Milhões de euros, devido ao efeito dos gastos de financiamento líquido e à variação do valor dos impostos.

3. GESTÃO DO RISCO

O processo de Gestão do Risco tem como objetivo assegurar a correta identificação dos riscos associados a cada negócio, promovendo igualmente as ações necessárias à sua mitigação ou eliminação dos impactos negativos que esses riscos possam vir a produzir na sustentabilidade operacional e financeira da sociedade.

A sociedade encontra-se exposta a um conjunto de riscos de externos e ou de mercado, como sejam todos os que, de forma direta ou indireta, tenham impacto numa eventual quebra da procura, ou na subida dos gastos de produção, e também a riscos internos, ou seja, aqueles que resultam do seu contexto empresarial e financeiro, como seja o risco de liquidez, de financiamento e de exposição às variações das taxas de juro decorrentes do seu passivo financeiro, entre outros.

Nesta medida, o processo de Gestão do Risco procura atuar essencialmente ao nível dos riscos internos, nomeadamente, riscos financeiros e operacionais aos quais a Sociedade se encontra exposta, por força da sua situação económica e financeira, atual e prospetiva, sendo as principais medidas implementadas neste âmbito, as seguintes:

Risco de Liquidez - A política de financiamento do Grupo, prevê a necessidade de, a cada momento, existir um plano de recursos, suficiente para suprir os compromissos da sociedade. Este plano de recursos deverá assegurar que os fundos captados através de fontes externas ou acionistas, permite assegurar financeiramente todas as responsabilidades da sociedade, bem como a capitalização das suas participadas. Deverá garantir igualmente que o reembolso da dívida existente, e o pagamento da remuneração do acionista, está de acordo com o plano de investimentos da sociedade e a manutenção de rácios de sustentabilidade adequados. A sociedade prepara em bases anuais, os orçamentos de tesouraria que resultam do orçamento económico, e acompanha mensalmente essa evolução. Adicionalmente, são revistos anualmente os planos de tesouraria a 5 anos, com o propósito de antecipar a necessidade de fundos necessários ao cumprimento da agenda estratégica do Grupo. Neste contexto, a sociedade tem tentado minimizar o risco de liquidez, através da reestruturação do seu passivo financeiro, quer nomeadamente através da diversificação de intervenientes, quer através de contratação de produtos com maturidade alinhada com a sua agenda económica.

Risco de variação das taxas de juro - Devido essencialmente à evolução do indexante aplicável às taxas de juro variáveis, a sociedade tem vindo a acompanhar a evolução do mercado de derivados associados à evolução desse indexante e a estabelecer gradualmente uma política de contratação de produtos de cobertura e/ou substituição de produtos de financiamento de taxa variável por taxa fixa.

Risco de crédito - Este risco decorre da possibilidade de incumprimento do pagamento por parte dos clientes e outros devedores em dívida. Este risco é monitorizado numa base mensal, com o objetivo de acompanhar a evolução do montante dos saldos a receber e respetiva recuperabilidade, procedendo-se à implementação de medidas extraordinárias, sempre que o risco se verifica.

Risco de preço (e margem) - Este risco é estrutural em alguns negócios do Grupo, em especial naqueles onde existe uma forte regulamentação. Neste contexto, a sociedade negocia os contratos de aquisição dos produtos junto dos seus fornecedores, para um horizonte temporal de 2-3 anos de forma a fixar os preços no médio prazo.

Risco cambial - as transações de bens e serviços em moedas diferentes do euro têm um peso residual no total dos movimentos efetuados, não atingindo os 10% definidos pela empresa como limite máximo a partir do qual deverão ser implementadas estratégias de cobertura do risco cambial.

4. PERSPETIVAS FUTURAS

Em 2024 deverá ser implementado um processo de reestruturação societário que permitirá retirar da esfera da Farminveste as áreas de negócio que estão mais relacionadas com o desenvolvimento da Missão da ANF e cujo processo de decisão depende diretamente da equipa de gestão da ANF.

Esta reorganização societária, deverá permitir que a Farminveste SGPS e Farminveste IPG se tornem exclusivamente sociedades gestoras de participações sociais, sem atividade operacional própria, e ainda, que os seus fluxos financeiros possam ser canalizados na totalidade para reembolso de dívida. Este processo de reestruturação carece

de aprovação dos bancos, e deverá ser implemento durante o ano de 2024.

A Administração da Farminveste SGPS, manterá o foco na eficiência operacional, análise do potencial de geração de cash-flow por parte de participadas e controlo rigoroso de custos, para permitir reembolso antecipado de dívida, e a criação de condições para promover a sua renegociação.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Farminveste SGPS propõe que o Resultado Líquido Individual apurado no exercício, no montante de 10.312.296 Euros, seja aplicado na totalidade para constituição da Reserva Legal.

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Conselho de Administração

Ema Isabel Gouveia Martins Paulino Pires

(Presidente)

José Luís Bonifácio Lopes

(Vogal)

Luís Miguel Reis Sobral

(Vogal)

Rui Manuel Assoreira Raposo

(Vogal)

6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS (CONTAS INDIVIDUAIS)

Nota introdutória:

Salvo se em contrário expresse, os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, bem como nos respetivos anexos, são expressos em Euros (€)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (CONTAS INDIVIDUAIS)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2023	31/12/2022
valor em Euros			
ATIVO			
Ativo não corrente		169 719 644	151 258 051
Ativos tangíveis	6	-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	143 307 382	124 845 789
Outros ativos financeiros	7	26 412 262	26 412 262
Ativo corrente		53 412	44 701
Estado e outros entes públicos	10	3 293	7 764
Caixa e depósitos bancários	4	50 119	36 937
Total do ativo		169 773 056	151 302 753
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio		138 526 217	121 524 645
Capital social	11	100 000 000	100 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	11	12 675 000	8 675 000
Reserva legal	11	1 649 113	1 466 748
Resultados transitados	11	7 682 216	4 217 266
Ajustamentos em ativos financeiros	11	6 207 592	3 518 315
Resultado líquido do período		10 312 296	3 647 316
Passivo não corrente		28 069 235	28 069 235
Financiamentos obtidos	12	28 069 235	28 069 235
Passivo corrente		3 177 604	1 708 873
Fornecedores	8	641	5 531
Outras dívidas a pagar	9	3 176 963	1 703 342
Total do Passivo		31 246 839	29 778 108
Total do Capital Próprio e do Passivo		169 773 056	151 302 753

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA (CONTAS INDIVIDUAIS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Rubricas	Notas	Períodos	
		2023	2022
valor em Euros			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	11 772 316	5 260 670
Fornecimentos e Serviços externos	13	(87 182)	(231 456)
Gastos com o pessoal	14	-	(131)
Outros rendimentos	15	4 160	1 275
Outros gastos	15	(62 937)	(62 449)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11 626 357	4 967 909
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-	(13)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11 626 357	4 967 896
Juros e gastos similares suportados	16	(1 314 061)	(1 319 776)
Resultado antes de impostos		10 312 296	3 648 119
Imposto sobre o rendimento do período	17	-	(803)
Resultado Líquido do Período		10 312 296	3 647 316

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL (CONTAS INDIVIDUAIS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Rubricas	Períodos	
	2023	2022
valor em Euros		
Resultado Líquido do Período	10 312 296	3 647 316
Total rendimento integral do período	10 312 296	3 647 316

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (CONTAS INDIVIDUAIS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2023	31/12/2022
valor em Euros			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Pagamentos a fornecedores		(152 659)	(387 323)
Caixa gerada pelas operações		(152 659)	(387 323)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		197	(175)
Outros recebimentos/pagamentos		3 413	(196)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(149 049)	(387 695)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Prestações suplementares		(4 000 000)	(11 440 000)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(4 000 000)	(11 440 000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	7 668 000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		4 000 000	7 975 000
Suprimentos		1 478 000	-
Outras operações de financiamento		-	4 495 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(3 262 470)
Juros e gastos similares		(1 315 769)	(1 016 249)
Suprimentos		-	(687 000)
Outras operações de financiamento		-	(3 313 000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		4 162 231	11 859 281
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		13 182	31 586
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	36 937	5 352
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	50 119	36 937

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (CONTAS INDIVIDUAIS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Rubricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do Capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Outros instrumentos de Capital Próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	
Posição a 01/01/2023		100 000 000	8 675 000	1 466 748	4 217 266	3 518 315	3 647 316	121 524 645
Alterações no período								
Aplicação de resultados	11	-	-	182 365	3 464 951	-	(3 647 316)	-
		-	-	182 365	3 464 951	-	(3 647 316)	-
Resultado líquido do período	11						10 312 296	10 312 296
Resultado integral							10 312 296	10 312 296
Operações com detentores do Capital no período								
Outras Operações	11	-	4 000 000	-	-	2 689 277	-	6 689 277
		-	4 000 000	-	-	2 689 277	-	6 689 277
Posição a 31/12/2023	11	100 000 000	12 675 000	1 649 113	7 682 216	6 207 592	10 312 296	138 526 217

Rubricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do Capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Outros instrumentos de Capital Próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	
Posição a 01/01/2022		100 000 000	700 000	1 370 965	2 397 381	1 715 716	1 915 667	108 099 730
Alterações no período								
Aplicação de resultados		-	-	95 783	1 819 884	-	(1 915 667)	-
		-	-	95 783	1 819 884	-	(1 915 667)	-
Resultado líquido do período							3 647 316	3 647 316
Resultado integral							3 647 316	3 647 316
Operações com detentores do Capital no período								
Outras Operações		-	7 975 000	-	-	1 802 599	-	9 777 599
		-	7 975 000	-	-	1 802 599	-	9 777 599
Posição a 31/12/2022	11	100 000 000	8 675 000	1 466 748	4 217 266	3 518 315	3 647 316	121 524 645

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTAS INDIVIDUAIS)

Exercício de 2023

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Farminveste, S.G.P.S., S.A. (Farminveste, SGPS) foi constituída em setembro de 2010, tendo por objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A sua sede social é na Travessa de Santa Catarina n.º. 8, 1200-403 Lisboa, e está registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 509 491 480.

O seu Capital Social está representado por 20.000.000 de ações de categoria A e B (17.500.000 e 2.500.000, respetivamente), no valor nominal de €5,00, de natureza escritural e nominativa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016, conforme adotadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações - IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

Consequentemente, em cumprimento das disposições do IAS 1, a Empresa declara que estas demonstrações financeiras e respetivo anexo cumprem, para estes efeitos, as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia ("UE"), em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2017.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

ATIVOS TANGÍVEIS (IAS 16)

Os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (deemed cost) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, de acordo com quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamento administrativo: de 3 a 4 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (IFRS 11)

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O excesso entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da Entidade no Capital próprio dessas entidades à data da sua aquisição é reconhecido como goodwill. O goodwill é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado separadamente na posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como gasto na Demonstração dos resultados do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

Quando a subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, apresenta Capital próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (IFRS 10)

As principais políticas contabilísticas resumem-se como segue:

Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método da compra.

O custo de uma aquisição é valorizado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos assumidos na data de aquisição mais o custo diretamente atribuível à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são valorizados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do grupo dos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

As transações internas, os saldos e os ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (IAS 23)

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. A empresa considera que um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (IAS 12)

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data exatável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em Capital Próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (IFRS 7)

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Estado e outros entes públicos;
Fornecedores;
- Financiamentos obtidos;
- e
- Outras dívidas a pagar

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

IMPARIDADE DE ATIVOS (IAS 36)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (IAS 19)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

Benefícios de cessação de emprego: a Entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por:

- Existir compromisso da Entidade;
ou
- Ter terminado emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma;
ou
- Ter concedido benefícios de rescisão de contratos de trabalho como resultado de uma oferta efetuada para incentivar a rescisão de contrato de trabalho.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO (IAS 10)

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas foram determinadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso e bem assim na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Os principais pressupostos utilizados nas estimativas utilizadas pela Empresa, encontram-se divulgados nas notas correspondentes do anexo.

3.3 - Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Ocorreram em 2023 um conjunto de alterações às IAS/IFRS, as quais apresentamos de seguida, que não tiveram qualquer impacto nas políticas contabilísticas ou nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2023.

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2023:

- IAS 1** (alteração), ‘Divulgação de políticas contabilísticas’. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de “material”, em detrimento de “significativo”. A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser

divulgadas. O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contabilísticas. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste;

- b) **IAS 8** (alteração), ‘Divulgação de estimativas contabilísticas’. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste;
- c) **IFRS 17** (nova e alteração), ‘Contratos de seguro’. Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emittentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emittentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emittentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no re/conhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou “General measurement model” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste;
- d) **IFRS 17** (alteração), ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa’. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste;
- e) **IAS 12** (alteração), ‘Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação’. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste;
- f) **IAS 12** (alteração) ‘Reforma da tributação internacional – regras do modelo Pilar Dois’. Na sequência da implementação das regras do Global Anti-Base Erosion (“GloBE”) da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas que a esta data são difíceis de estimar. Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e ii) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como seja: o facto de a exceção ter sido aplicada, o gasto de imposto corrente que se refere às regras Pilar Dois, e a estimativa razoável do impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia já endossou:

- a) **IAS 1** (alteração), ‘Classificação de passivos como não correntes e correntes’ e ‘Passivos não correntes com

“covenants” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os “covenants”, que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a “covenants”, é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos “covenants” e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos “covenants” nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste;

- b) **IFRS 16** (alteração), ‘Passivos de locação em transações de venda e relocação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como “vendas” segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.

Apesar destas normas já terem sido aprovadas/endossadas pela União Europeia, as mesmas ainda não foram adotadas pela Farminveste na preparação das suas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2023, dado que a sua aplicação não é ainda obrigatória.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IAS 7** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), ‘Acordos de financiamento de fornecedores’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Os Acordos de financiamento de fornecedores caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações introduzidas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na Agenda Decision de dezembro de 2020. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste;
- b) **IAS 21** (alteração) ‘Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalha-se conforme se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à ordem	50 119	36 937
Total de caixa e depósitos bancários	50 119	36 937

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de investimento; e (3) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

5. PARTES RELACIONADAS

Relacionamentos com Empresa-mãe

Nome da empresa-mãe imediata:	Associação Nacional das FarmáciasAssociação
Nome da empresa-mãe controladora final:	Nacional das Farmácias

A 31 de dezembro 2023, a Farminveste SGPS era detida em 87,76% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF) e os restantes 12,24% pertenciam a outros acionistas.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais

No ano de 2023 não foram pagas remunerações aos órgãos sociais da Farminveste SGPS.

Saldos e transações entre partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos e as transações efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

Descrição	31/12/2023		
	Contas a pagar (Nota 8 e 9)	Serviços Obtidos	Gastos com Juro
Empresa-mãe	2 660 050	-	-
ANF	2 660 050	-	-
Subsidiárias	(336)	24 686	-
FV IPG	(2 909)	16 529	-
Glintt	2 573	8 157	-
Total de relações intra-grupo	2 659 714	24 686	-

Descrição	31/12/2022		
	Contas a pagar (Nota 8 e 9)	Serviços Obtidos	Gastos com Juro
Empresa-mãe	1 182 050	4 411	13 307
ANF	1 182 050	4 411	13 307
Subsidiárias	2 841	27 800	-
FV IPG	1 612	21 532	-
Glintt	1 229	6 267	-
Total de relações intra-grupo	1 184 891	32 211	13 307

6. ATIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos tangíveis da Farminveste SGPS apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31/12/2022	31/12/2023
Equipamento administrativo	158	158
Ativo tangível bruto	158	158
Depreciações acumuladas	(158)	(158)
Depreciações acumuladas	(158)	(158)
Ativo tangível líquido	-	-

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A Farminveste SGPS detém uma participação financeira de 100,00% na Farminveste IPG, registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Através deste método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e, posteriormente, ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da FarminvesteSGPS nos ativos líquidos da Farminveste IPG. Os resultados da Farminveste SGPS incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da Farminveste IPG.

A informação financeira disponível à data da demonstração da posição financeira da empresa participada resume-se como segue:

Descrição	% de participação	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Gastos	Rendimentos
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	100%	625 010 310	389 928 532	235 081 778	864 158 608	875 930 925

O valor total do investimento financeiro nesta participada ascendia a €169.719.644 com a decomposição seguinte:

- Participação de capital + €143.307.382
- Empréstimos concedidos + €26.412.262
- Apropriação de resultado de 2023 +€11.772.316

8. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores tem a seguinte composição em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	927	2 640
Fornecedores empresas mãe (Nota 5)	50	50
Fornecedores empresas subsidiárias (Nota 5)	(336)	2 841
Total fornecedores	641	5 531

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As rubricas de outros créditos a receber e outras dívidas a pagar tinham a seguinte composição em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Outras dívidas a pagar	3 176 963	1 703 342
Outros acréscimos de gastos	2 460	5 131
Juros a liquidar	514 503	516 211
Empréstimos de Empresas Grupo (Nota 5)	2 660 000	1 182 000
Total de outras dívidas a pagar	3 176 963	1 703 342

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 decomposição da rubrica Estado e outros entes públicos era a seguinte:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1 313	-	1 509	-
Segurança Social	1 980	-	6 255	-
Total Estado e outros entes públicos	3 293	-	7 764	-

11. CAPITAL, RESERVAS E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2023, o capital da Farminveste SGPS era detido em 87,76% pela Associação Nacional das Farmácias e os restantes 12,24% pertenciam a Outros acionistas e encontrava-se distribuído da seguinte forma:

Capital social	Nº ações	Valor nominal	Categoria das ações	
			Cat. A	Cat. B
100 000 000	17 500 000	5	87 500 000	
	2 500 000	5		12 500 000

As diferentes rubricas constituintes do capital Próprio da Farminveste SGPS, em 2023 e 2022 são como se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital subscrito	100 000 000	100 000 000
Outros instrumentos de Capital Próprio	12 675 000	8 675 000
Reservas legais	1 649 113	1 466 748
Resultados transitados	7 682 216	4 217 266
Ajustamentos em ativos financeiros	6 207 592	3 518 315
Resultado Líquido do Período	10 312 296	3 647 316
Total do Capital Próprio	138 526 217	121 524 645

A variação de €4.000.000 na rubrica de Outros instrumentos de Capital Próprio deve-se ao reforço de prestações por parte da ANF, durante o ano de 2023.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2023 a reserva legal ascendia a 1.649.113.

Aplicação de resultado

O resultado líquido individual do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi aplicado, conforme deliberação das Assembleias Gerais de Acionistas:

- Reserva Legal (5%) >> 182.365
- Resultados Transitados >> €3.464.951

12. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de empréstimos decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Não corrente		
Empréstimos obrigacionistas - Obrigações convertíveis (i)	28 069 235	28 069 235
Total financiamentos obtidos não corrente	28 069 235	28 069 235
Total de financiamentos obtidos	28 069 235	28 069 235

- (i) O total dos empréstimos obrigacionistas reconhecidos nas contas em 2022 e 2023, diz respeito a duas emissões de Obrigações Convertíveis, emitidas pela Farminveste SGPS, conforme detalhe abaixo:

Emissão	Montante	Maturidade	Cupão
"2021-2025"	13,6 Milhões de Euros	15 de outubro 2025	4,50%
"2022-2026"	14,4 Milhões de Euros	20 de julho 2026	4,75%

13. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a rubrica de fornecimentos e serviços externos decompõe-se da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Trabalhos especializados	86 326	210 789
Serviços bancários	584	638
Contencioso e notariado	272	294
Rendas e alugueres	-	7 177
Deslocações e estadas	-	6 635
Publicidade e propaganda	-	5 873
Materiais	-	50
Total de fornecimentos e serviços externos	87 182	231 456

14. GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe da rubrica de Gastos com o Pessoal é o seguinte:

Descrição	2023	2022
Gastos de ação social	-	131
Total gastos com pessoal	-	131

15. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 a decomposição das rubricas outros rendimentos e ganhos e Outros gastos e perdas era a seguinte:

Descrição	2023	2022
Correções relativas a períodos anteriores	4 160	491
Restituição de Impostos	-	784
Total de outros rendimentos	4 160	1 275
Impostos	6	11
Correções relativas a períodos anteriores	256	-
Quotizações	62 675	62 400
Outros não especificados	-	38
Total de outros gastos	62 937	62 449

16. RESULTADOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2023 e 2022 a decomposição da rubrica Resultados Financeiros era a seguinte:

Descrição	2023	2022
Juros empréstimo obrigacionistas	(1 314 061)	(1 306 469)
Juros suprimientos	-	(13 307)
Total de juros e gastos similares suportados	(1 314 061)	(1 319 776)

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, que pode ser incrementada até ao máximo de 1,5% pela Derrama, resultando numa taxa agregada máxima de 22,5%.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000Euros são sujeitos a derrama estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre os lucros tributáveis entre €1.500.000 e €7.500.000;
- 5% sobre os lucros tributáveis entre €7.500.000 e €35.000.000; e
- 7% sobre os lucros tributáveis superiores a €35.000.000.

Adicionalmente, para o exercício de 2018 e seguintes a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada em cada ano ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;

- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artº 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2019 a 2023 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

De acordo com a legislação mais recente, os prejuízos ativos a 01.01.2023 deixarão de ter um prazo limite de reporte, mas, em contrapartida, baixa de 70% para 65% o montante que poderá ser deduzido ao Lucro Tributável em cada exercício."

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a taxa efetiva de imposto é demonstrada como segue:

Descrição		2023	2022
Resultado antes de impostos	(1)	10 312 296	3 648 119
Taxa de imposto		22,50%	22,50%
Derrama sobre mat. Coletável		1,50%	1,50%
IRC		21,00%	21,00%
Imposto esperado		2 320 267	820 827
Ajustamentos:			
Multas, coimas e juros compensatórios		-	38
Correções relativas a períodos de tributação anteriores		256	-
Aplicação MEP		(11 772 316)	(5 260 670)
Gastos de financiamento		314 061	-
Prejuízo para efeitos fiscais		(1 145 702)	(1 612 551)
Tributação Autónoma		-	803
Imposto sobre o rendimento	(2)	-	803
Taxa efetiva de imposto	(2)/(1)	0,00%	0,00%

18. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no lucro atribuível aos acionistas ordinários, dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período, excluindo ações ordinárias compradas e detidas como ações próprias.

Descrição	2023	2022
Resultado Líquido do Período	10 312 296	3 647 316
Nº médio de ações ordinárias	20 000 000	20 000 000
Resultado por ação básico	0,52	0,18

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

A atividade global da Farminveste SGPS encontra-se descrita no Relatório de Gestão, considerado parte integrante deste Relatório e Contas referente ao exercício de 2023.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2024, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. Após essa aprovação as contas não poderão ser alteradas.

20. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não aplicável.

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2023

Nota introdutória:

Salvo se em contrário expresso, os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, bem como nos respetivos anexos, são expressos em Euros (€)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (CONTAS CONSOLIDADAS)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Notas	Datas	
		31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo não corrente		395 093 812	389 914 716
Ativos tangíveis	6	97 290 890	92 769 851
Propriedades de investimento	7	15 422 450	17 774 300
Goodwill	8	133 755 077	134 397 267
Ativos intangíveis	9	57 433 396	64 832 949
Ativos direitos de uso	6	17 357 280	12 003 454
Participações financeiras - métodos da equivalência patrimonial	10	63 617 099	56 835 158
Outros Ativos financeiros	10	966 366	990 790
Outros créditos a receber	13	5 091 757	6 257 536
Ativos operações descontinuadas	26	630 000	-
Ativos por impostos diferidos	11	3 529 497	4 053 410
Ativo corrente		229 970 246	237 455 951
Inventários	12	71 305 244	74 501 927
Clientes	13	94 642 133	95 017 295
Estado e outros entes públicos	13	2 505 585	2 922 804
Outros créditos a receber	13	27 204 024	34 865 780
Diferimentos	14	5 432 514	4 438 589
Outros Ativos financeiros	10	11 424 027	7 757 481
Ativos não correntes disponíveis para venda	26	-	3 906 500
Ativos operações descontinuadas	26	727 994	2 185 015
Caixa e depósitos bancários	4	16 728 726	11 860 562
Total do Ativo		625 064 058	627 370 668
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio		203 888 351	182 925 009
Capital subscrito	15	100 000 000	100 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	15	12 675 000	8 675 000
Reserva legal	15	1 649 113	1 466 748
Resultados Transitados	15	7 682 216	4 217 266
Ajustamentos em Ativos financeiros	15	6 207 592	3 518 315
Resultado líquido do período		10 312 296	3 647 316
Capital Próprio antes interesses não controlados		138 526 217	121 524 644
Interesses não controlados	15	65 362 135	61 400 365
Passivo			
Passivo não corrente		169 684 727	182 111 483
Provisões	16	6 608 193	9 053 200
Financiamentos obtidos	17	139 939 400	152 446 650
Financiamentos obtidos - Direito de uso	17	13 139 823	7 847 802
Passivos por impostos diferidos	11	7 993 809	8 297 598
Outras dívidas a pagar	13	2 003 502	4 466 234
Passivo corrente		251 490 980	262 334 174
Fornecedores	13	101 795 009	95 343 424
Estado e outros entes públicos	13	8 334 365	8 436 465
Financiamentos obtidos	17	91 761 328	104 801 264
Financiamentos obtidos - Direito de uso	17	4 015 958	3 537 864
Outras dívidas a pagar	13	30 724 623	27 740 287
Diferimentos	14	12 948 058	15 879 111
Passivos operações descontinuadas	26	1 911 639	6 595 760
Total do passivo		421 175 706	444 445 658
Total do capital próprio e do passivo		625 064 058	627 370 668

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA (CONTAS CONSOLIDADAS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Rubricas	Notas	Períodos	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	18	849 277 608	831 257 054
Subsídios à exploração	18	1 039 742	559 805
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	11 600 791	10 268 906
Variação nos inventários da produção		-12 933	-3 708
Trabalhos para a própria entidade	9	2 450 955	3 882 742
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-660 661 100	-653 751 392
Fornecimentos e Serviços externos	19	-79 674 424	-75 060 913
Gastos com o pessoal	20	-74 772 682	-73 634 666
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	-781 402	-924 886
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	815 233	3 203 442
Provisões (aumentos/reduções)	16	1 049 352	200 278
Aumentos/reduções de justo valor	21	2 104 481	-774 495
Outros rendimentos	18 e 22	2 832 632	2 481 900
Outros gastos	23	-2 255 014	-2 803 224
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		53 013 239	44 900 843
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	-17 250 313	-17 170 629
Imparidade de Ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9	-143 811	-421 193
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		35 619 115	27 309 022
Juros e rendimentos similares obtidos	18 e 25	2 448 460	915 758
Juros e gastos similares suportados	25	-16 620 294	-11 055 887
Resultado antes de impostos		21 447 281	17 168 892
Imposto sobre o rendimento do período	11	-3 647 879	-5 329 322
Resultado líquido do período antes de operações descontinuadas		17 799 402	11 839 570
Resultado com operações descontinuadas	27	362 245	-1 344 900
Resultado líquido antes de interesses não controlados		18 161 647	10 494 670
Interesses não controlados	15	7 849 351	6 847 354
Resultado líquido dos detentores de capital		10 312 296	3 647 316
Resultado por ação básico	28	0,52	0,18

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL (CONTAS CONSOLIDADAS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Rubricas	Períodos	
	2023	2022
Resultado Líquido do Período	10 312 296	3 647 316
Diferença de conversão cambial (IAS 21)	260 249	26 464
Aplicação aos Resultados Transitados	986 774	-545 153
Outro rendimento integral do período	1 247 022	-518 690
Total rendimento integral do período	11 559 318	3 128 626

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (CONTAS CONSOLIDADAS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		991 591 672	966 877 262
Pagamentos a fornecedores		-867 953 379	-861 720 520
Pagamentos ao pessoal		-63 151 474	-62 837 278
Caixa gerada pelas operações		60 486 819	42 319 464
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-375 249	-6 196 897
Outros recebimentos/pagamentos		-18 103 895	-17 640 695
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		42 007 676	18 481 871
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos tangíveis		-3 057 636	-3 030 416
Ativos intangíveis		-3 418 104	-4 413 914
Investimentos financeiros		-340 783	-1 257 500
Dividendos		-439 843	-319 718
Outros Ativos		-700 000	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos tangíveis		1 035 654	40 418
Investimentos financeiros		515 379	20
Outros Ativos		6 000 000	122
Subsídios ao investimento		95 850	135 245
Juros e rendimentos similares		2 386 574	739 629
Dividendos		8 615 975	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		10 693 066	-8 106 114
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		578 996 865	804 469 700
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		4 000 000	7 975 000
Suprimentos		1 518 000	32 000
Outras operações de Financiamento		69 088	4 801 923
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-604 194 532	-803 174 652
Amortização locação operacional - IFRS 16		-5 946 768	-5 636 412
Juros e gastos similares		-13 453 018	-9 439 594
Juros locação operacional - IFRS 16		-324 743	-241 111
Dividendos		-6 582 959	-4 969 409
Suprimentos		-	-687 000
Amortização contratos locação financeira		-3 272	-1 777
Outras operações de financiamento		-1 950 000	-5 263 648
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-47 871 339	-12 134 980
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		4 829 404	-1 759 222
Efeito das diferenças de câmbio		-365 912	-7 898
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	11 860 562	14 275 417
Variação de caixa e equivalentes de operações descontinuadas		-404 672	647 734
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	16 728 726	11 860 562

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (CONTAS CONSOLIDADAS)

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Descrição	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total	Interesses minoritários	Total do Capital próprio
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período			
valores em Euros									
Posição no início do período 2022	100 000 000	700 000	1 370 965	2 397 381	1 715 716	1 915 668	108 099 730	59 881 119	167 980 849
Alterações no período									
Aplicação de resultados	-	-	95 783	1 819 885	-	-1 915 668	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-912 240	-912 240
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	2 304 728	-	2 304 728	-4 255 685	-1 950 957
	-	-	95 783	1 819 885	2 304 728	-1 915 668	2 304 728	-5 167 925	-2 863 197
Resultado líquido do período					-	3 647 316	3 647 316	6 847 354	10 494 670
Diferença de conversão cambial (IAS 21)					26 464	-	26 464	8 173	34 636
Aplicação aos resultados transitados					-528 593		-528 593	-168 356	-696 949
Resultado integral					-502 130	3 647 316	3 145 187	6 687 171	9 832 357
Outras operações	-	7 975 000	-	-	-	-	7 975 000	-	7 975 000
	-	7 975 000	-	-	-	-	7 975 000	-	7 975 000
Posição no final do período 2022	100 000 000	8 675 000	1 466 748	4 217 266	3 518 315	3 647 316	121 524 644	61 400 365	182 925 009

Descrição	Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total	Interesses minoritários	Total do Capital próprio
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período			
valores em Euros									
Posição no início do período 2023	100 000 000	8 675 000	1 466 748	4 217 266	3 518 315	3 647 316	121 524 644	61 400 365	182 925 009
Alterações no período									
Aplicação de resultados	-	-	182 365	3 464 951	-	-3 647 316	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-951 333	-951 333
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	1 442 254	-	1 442 254	-5 278 949	-3 836 694
	-	-	182 365	3 464 951	1 442 254	-3 647 316	1 442 254	-6 230 282	-4 788 027
Resultado líquido do período						10 312 296	10 312 296	9 782 867	20 095 163
Diferença de conversão cambial (IAS 21)					260 249		260 249	80 371	340 619
Aplicação aos Resultados Transitados					986 774		986 774	328 814	1 315 587
Resultado integral					1 247 022	10 312 296	11 559 318	10 192 051	21 751 369
Operações com detentores do capital no período									
Outras operações	-	4 000 000	-	-	-	-	4 000 000	-	4 000 000
	-	4 000 000	-	-	-	-	4 000 000	-	4 000 000
Posição no final do período 2023	100 000 000	12 675 000	1 649 113	7 682 216	6 207 592	10 312 296	138 526 217	65 362 135	203 888 351

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

7.1 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTAS CONSOLIDADAS)

Exercício de 2023

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Farminveste, SGPS, S.A. (Farminveste SGPS) foi constituída em setembro de 2010, tendo por objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A sua sede social é na Travessa de Santa Catarina nº. 8, 1200-403 Lisboa, e está registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 509 491 480.

O seu Capital Social está representado por 20 000 000 de ações de categoria A e B (17 500 000 e 2 500 000 respetivamente), no valor nominal de 5,00 euros, de natureza escritural e nominativa.

No dia 16 de outubro de 2020 foi realizada a admissão à negociação das ações de categoria B da Farminveste, SGPS à plataforma Euronext Access, estando assim disponível para os investidores poderem passar a transacionar as ações da sociedade em mercado aberto.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016, conforme adotadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

Consequentemente, em cumprimento das disposições do IAS 1, a Empresa declara que estas demonstrações financeiras e respetivo anexo cumprem, para estes efeitos, as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia ("UE"), em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2017.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

ATIVOS INTANGÍVEIS (IAS 38)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para o Grupo, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os ativos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser

determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha reta (ou outro) em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

ATIVOS TANGÍVEIS (IAS 16)

Os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (deemed cost) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, de acordo com quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Equipamento básico: de 1 a 20 anos
- Equipamento de transporte: de 4 a 6 anos
- Equipamento administrativo: de 4 a 8 anos
- Outros ativos tangíveis: de 1 a 25 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

INVENTÁRIOS (IAS 2)

Os inventários incluem, essencialmente, matérias-primas, material de embalagem, produto intermédio e produto acabado e encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio ponderado.

LOCAÇÕES (IFRS 16)

Esta nova norma substitui a IAS 17 com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada.

Locações nas quais o Grupo é locatário:

O Grupo avalia se um contrato é ou contém uma locação, no início do contrato. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de locação correspondente em relação a todos os contratos de locação nos quais é locatário, exceto para locações de curto prazo (definidos como locações com prazo de locação de 12 meses ou menos) e locações de ativos de baixo valor. Para essas locações, o Grupo reconhece os pagamentos da locação como uma despesa

operacional de forma linear pelo prazo da locação, a menos que outra base sistemática seja mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos dos ativos arrendados são consumidos.

O passivo de locação é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa implícita na locação. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o locatário usa sua taxa de empréstimo incremental.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem:

- Pagamentos fixos de locação (incluindo pagamentos substanciais), deduzidos de quaisquer incentivos a receber;
- Pagamentos variáveis de locação que dependem de um índice ou taxa, medidos inicialmente usando o índice ou taxa na data de início;
- O valor que se espera pagar pelo locatário sob garantias de valor residual;
- O preço de exercício das opções de compra, se o locatário tiver razoavelmente certeza de exercer as opções; e
- Pagamentos de multas pela rescisão do contrato de locação, se o prazo do contrato refletir o exercício de uma opção para rescindir o contrato.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente, aumentando o valor contábilístico para refletir juros sobre o passivo de locação (usando o método dos juros efetivos) e reduzindo o valor contábilístico para refletir os pagamentos efetuados.

O Grupo remensura o passivo de locação (e faz um ajuste correspondente no ativo de direito de uso relacionado) sempre que:

- O prazo da locação muda ou há um evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias, resultando em uma alteração na avaliação do exercício de uma opção de compra; nesse caso, o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos da locação usando uma taxa de desconto revista.
- Os pagamentos de locação são alterados devido a alterações num índice ou taxa ou uma alteração no pagamento esperado sob um valor residual garantido; nesses casos, o passivo da locação é remensurado, descontando os pagamentos da locação usando uma taxa de desconto inalterada (a menos que os pagamentos da locação sejam alterados devido a uma alteração na taxa de juros flutuante; nesse caso, uma taxa de desconto revista é usada).
- Um contrato de locação é modificado e a modificação da locação não é contabilizada como uma locação separada. Nesse caso, o passivo de locação é remensurado com base no prazo da locação modificado, descontando os pagamentos da locação usando uma taxa de desconto revista na data efetiva da modificação.

Os ativos de direito de uso compreendem a mensuração inicial do passivo correspondente, os pagamentos efetuados antes ou no dia do início, menos os incentivos recebidos e os custos diretos iniciais. São subsequentemente mensurados pelo custo, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução de valor recuperável. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo período mais curto do prazo da locação e pela vida útil do ativo subjacente. Se uma locação transfere a propriedade do ativo subjacente ou o custo do ativo de direito de uso reflete que o Grupo espera exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso relacionado é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente. A depreciação começa na data de início da locação.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada na Demonstração da Posição Financeira. O Grupo aplica a IAS 36 para determinar se um ativo de direito de uso está deteriorado e contabiliza qualquer perda por imparidade identificada de acordo com a IAS 36 - imparidade de ativos.

Os alugueres variáveis que não dependem de um índice ou taxa, não são incluídos na mensuração do passivo de

locação e do ativo de direito de uso. Os pagamentos relacionados são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que desencadeia esses pagamentos ocorre e são incluídos em 'fornecimentos e serviços externos' no resultado. Como um expediente prático, a IFRS 16 permite que o locatário não separe os componentes que não são de locação financeira e, em vez disso, contabiliza qualquer locação e componentes de não locação associados como uma única combinação. A empresa utiliza esse expediente prático.

Locações nas quais o Grupo é locador

O Grupo não identificou impactos significativos decorrentes dos contratos de locação e sublocação em que o Grupo é locador ao abrigo da IFRS 16.

RÉDITO (IFRS 15)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com as prestações de serviços.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Grupo não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (IAS 12)

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis do Grupo de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data exatável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em Capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, o Grupo encontra-se sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A IFRIC 23, trata-se de uma interpretação à IAS 12 - Imposto sobre o rendimento, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. A norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

SUBSÍDIOS (IAS 20)

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados de acordo com os gastos incorridos.

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (IFRS 7)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Estado e outros entes públicos;
- Fornecedores;
- Financiamentos obtidos; e
- Outras dívidas a pagar.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

IMPARIDADE DE ATIVOS (IAS 36)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais o Grupo reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

O Grupo desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registrados nas rubricas Outros créditos e outras dívidas a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (IAS 19)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

Benefícios de cessação de emprego: o Grupo reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por:

- Existir compromisso da Entidade; ou
- Ter terminado emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Ter concedido benefícios de rescisão de contratos de trabalho como resultado de uma oferta efetuada para incentivar a rescisão de contrato de trabalho.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO (IAS 10)

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Demonstração da Posição Financeira são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Demonstração da Posição Financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 - Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas foram determinadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso e bem assim na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Os principais pressupostos utilizados nas estimativas utilizadas pela Empresa, encontram-se divulgados nas notas correspondentes do anexo.

3.3 – Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Ocorreram em 2023 um conjunto de alterações às IAS/IFRS, as quais apresentamos de seguida, que não tiveram qualquer impacto nas políticas contabilísticas ou nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2023.

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2023:

- a) **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste;
- b) **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste;
- c) **IFRS 17** (nova e alteração), 'Contratos de seguro' Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no re/conhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mesure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou "General measurement model" ("GMM"); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou "Premium allocation approach" ("PAA"); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou "Variable fee approach" ("VFA"). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste;
- d) **IFRS 17** (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa'. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfazamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste;
- e) **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação'. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste;

- f) **IAS 12** (alteração) 'Reforma da tributação internacional – regras do modelo Pilar Dois'. Na sequência da implementação das regras do Global Anti-Base Erosion ("GloBE") da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas que a esta data são difíceis de estimar. Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e ii) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como seja: o facto de a exceção ter sido aplicada, o gasto de imposto corrente que se refere às regras Pilar Dois, e a estimativa razoável do impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia já endossou:

- a) **IAS 1** (alteração), 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants"' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste;
- b) **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.

Apesar destas normas já terem sido aprovadas/endossadas pela União Europeia, as mesmas ainda não foram adotadas pela Farminveste na preparação das suas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2023, dado que a sua aplicação não é ainda obrigatória.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IAS 7** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Os Acordos de financiamento de fornecedores caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações introduzidas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na Agenda Decision de dezembro de 2020. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste;
- b) **IAS 21** (alteração) 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025). Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda

(permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. Sem impacto nas demonstrações financeiras da Farminveste.

4 – FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo através do método direto. Na rubrica de caixa e equivalentes de caixa estão considerados os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A rubrica Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalha-se conforme se segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	11 409	10 781
Depósitos à ordem	16 117 316	11 733 317
Depósitos a prazo	600 000	116 465
Total de caixa e depósitos bancários	16 728 726	11 860 562

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de investimento; e (3) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados e de participações financeiras. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

5 – PARTES RELACIONADAS

Relacionamentos com Empresa-mãe

Nome da empresa-mãe imediata:	Associação Nacional das Farmácias
Nome da empresa-mãe controladora final:	Associação Nacional das Farmácias

Como referido na Nota 1, A Farminveste SGPS é atualmente detida em 87,76% pela Associação Nacional das Farmácias (ANF), estando os restantes 12,24% distribuídos pelos restantes acionistas.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais

No ano de 2023, as remunerações pagas dos órgãos sociais das empresas do Grupo Farminveste SGPS foram 1 646 980 euros.

Saldos e Transações entre partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos e as transações efetuadas entre as partes relacionadas são os seguintes:

Transações / Saldos partes relacionadas 2023	Prestação de serviços e outros rendimentos	Compras, Fornecimentos e Serviços Externos e outros Gastos	Juros recebidos/(Pagos)	Outros devedores (+) e credores (-)	Contas a receber	Contas a pagar
Empresas-mãe	1 064 870	3 702	-	4 595 868	-147 028	62 053
Outras Partes Relacionadas	775 312	478 417	57 909	-50	-7 493	119 142

Transações / Saldos partes relacionadas 2022	Prestação de serviços e outros rendimentos	Compras, Fornecimentos e Serviços Externos e outros Gastos	Juros recebidos/(Pagos)	Outros devedores (+) e credores (-)	Contas a receber	Contas a pagar
Empresas-mãe	3 413 767	124 081	-	6 500 000	633 605	43 338
Outras Partes Relacionadas	2 568 258	940 847	-	-	440 859	58 603

6 – ATIVOS TANGÍVEIS

Durante o exercício de 2023, os movimentos nas rubricas de ativos tangíveis e respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foram:

Descrição	31/12/2022	Adições	Reavaliações (Nota 21)	Alienações e abates	Transferências	Ajustes	31/12/2023
Terrenos e recursos naturais	2 093 225	-	-	-174 580	262 500	-	2 181 145
Edifícios e outras construções	94 329 168	39 139	2 761 637	-655 203	2 830 624	-443 823	98 861 542
Equipamento básico	37 362 375	1 510 755	-	-13 422	-8 859	1 405	38 852 255
Equipamento de transporte	2 777 723	323 382	-	-247 873	80 350	21 360	2 954 942
Equipamento administrativo	11 113 111	275 099	-	-187 959	44 690	-	11 244 942
Outros Ativos tangíveis	1 365 082	227 605	-	-226	4 235	-	1 596 696
Investimentos em curso - Ativos tangíveis	645 894	386 079	-	-319 989	-416 514	-	295 469
Ativo tangível bruto	149 686 578	2 762 058	2 761 637	-1 599 251	2 797 026	-421 058	155 986 991
Depreciações acumuladas (Nota 24)	-56 639 106	-2 971 160	-	758 212	-265 104	421 058	-58 696 100
Perdas por imparidade e reversões acumul.	-277 620	277 620	-	-	-	-	-
Depreciação acumulada	-56 916 726	-2 693 540	-	758 212	-265 104	421 058	-58 696 100
Ativo tangível líquido	92 769 851	68 518	2 761 637	-841 039	2 531 922	-	97 290 890

Por empresa/grupo os movimentos no ano são:

Ativos tangíveis	31/12/2022	Adições	Reavaliações (Nota 21)	Alienações e abates	Transferências	Ajustes	31/12/2023
Farminveste SGPS							
Ativo tangível bruto	158	-	-	-	-	-	158
Depreciação acumulada	-158	-	-	-	-	-	-158
Ativo tangível líquido	-	-	-	-	-	-	-
Farminveste IPG							
Ativo tangível bruto	11 302 708	102 702	-	-4 148	-	-	11 401 262
Depreciação acumulada	-9 982 096	-462 390	-	2 314	-	-	-10 442 172
Ativo tangível líquido	1 320 612	-359 688	-	-1 834	-	-	959 090
Globalvet							
Ativo tangível bruto	5 576	-	-	-	-	-	5 576
Depreciação acumulada	-5 565	-11	-	-	-	-	-5 576
Ativo tangível líquido	11	-11	-	-	-	-	-
Glantt							
Ativo tangível bruto	9 853 161	136 542	-	-121 261	-38 326	-	9 830 116
Depreciação acumulada	-8 580 426	-245 170	-	128 408	15 622	-	-8 681 566
Ativo tangível líquido	1 272 735	-108 627	-	7 147	-22 704	-	1 148 550
HMR							
Ativo tangível bruto	190 823	-	-	-	-	-	190 823
Depreciação acumulada	-176 036	-6 417	-	-	-	-	-182 453
Ativo tangível líquido	14 788	-6 417	-	-	-	-	8 370
Alliance Healthcare							
Ativo tangível bruto	53 331 140	2 522 814	-	-1 473 842	1 130 352	-421 058	55 089 406
Depreciação acumulada	-38 172 445	-1 979 552	-	627 490	-280 726	421 058	-39 384 174
Ativo tangível líquido	15 158 695	543 262	-	-846 352	849 626	-	15 705 230
Imofarma							
Ativo tangível bruto	75 003 013	-	2 761 637	-	1 705 000	-	79 469 650
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Ativo tangível líquido	75 003 013	-	2 761 637	-	1 705 000	-	79 469 650
TOTAL							
Ativo tangível bruto	149 686 578	2 762 058	2 761 637	-1 599 251	2 797 026	-421 058	155 986 991
Depreciação acumulada	-56 916 726	-2 693 540	-	758 212	-265 104	421 058	-58 696 100
Ativo tangível líquido	92 769 851	68 518	2 761 637	-841 039	2 531 922	-	97 290 890

Os imóveis que constituem a carteira do Imofarma encontram-se classificados em 2 rubricas do balanço:

- Ativos tangíveis, propriedades de investimento e ativos detidos para venda. A sua classificação teve por base os seguintes pressupostos:
 - Ativos tangíveis (79,5 milhões de euros): os imóveis arrendados a empresas do Grupo ou que não pertençam ao grupo e que garantem um rendimento, são considerados como ativos tangíveis. O valor dos ativos foi reavaliado e aumentou em 2,8 milhões de euros durante o ano de 2023.
 - Propriedades de investimento (15,4 milhões de euros) (Nota 7): os terrenos e o andar da Almirante Reis constituem ativos que são mantidos na carteira do fundo numa perspetiva de valorização imobiliária, sendo considerados como propriedades de investimento.

Relativamente aos Ativos tangíveis do Imofarma, considerou-se que estes não deveriam ser depreciados, uma vez que, comparando os valores contabilísticos de 79,5 milhões de euros com os valores residuais de 102,3 milhões de euros, estes são sempre superiores, conforme estudo abaixo reproduzido. Os imóveis valorizaram em 2023 2,8 milhões de euros.

Nos restantes movimentos de salientar:

- Aumento de Ativo Bruto na Alliance diz essencialmente respeito a equipamento informático, eficiência energética dos seus edifícios.
- Transferência de um imóvel, que em 2022 estava classificado como Propriedade de Investimento, no montante de 1,7 Milhões de euros para Ativo Tangível, uma vez que passou a estar arrendado ao Grupo.

Rendas dos ativos tangíveis do IMOFARMA

Imóveis Ativos do Imofarma	Valor imóvel (Contabilístico)	Renda anual 2023
Arrendados - Ativos Tangíveis		
Rua Luís de Almeida e Albuquerque, nº3 - Lisboa	2 406 750	172 542
CTEP - Centro Técnico Empresarial Porto - Rua Eng. Ferreira Dias, nº 718, 728, 738 e 794, Ramalde	40 103 600	2 345 416
F. PÓLVORA - LT EIT5 - Barcarena - Oeiras	4 392 000	364 014
Rua Santa Catarina, 2 e 4/Marechal Saldanha, 5 - Lisboa	17 048 600	1 230 031
QUINTA DA BELOURA - Rua do Centro Empresarial, Lote 307(EE-10) - Albarraque	10 607 300	652 370
SITIO da IGREJA - Cero do Galo, Estrada 125	812 750	68 812
Travessa de Santa Catarina, nºs 6 e 8 - Lisboa	2 951 650	208 692
Rua Venâncio Rodrigues, 12 - Coimbra	611 800	54 340
Av. Almirante Reis, 74-E e 74-H, 3 D - Lisboa	535 200	18 533
subtotal	79 469 650	5 114 750
Não Arrendados - Propriedades Investimento		
F. PÓLVORA - LT EIT5 e 6 - Barcarena - Oeiras	797 050	
Abrunheira e Linhó. Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura Lotes 302, 313 e 314	7 273 150	
Vale de Toiros - Palmela	3 698 000	
Terreno - Quinta do Ferral - Santa Iria da Azoia	2 231 000	
Rua Santa Catarina 2 e 4/Marechal Saldanha - Lisboa	282 250	
Av. Dias da Silva - Quinta de São Jerónimo	1 141 000	
subtotal	15 422 450	
	94 892 100	5 114 750

O valor das rendas anuais para 2024 têm a atualização prevista de 6,94% em todos os contratos de arrendamento, de acordo com o IPC (sem adição) divulgada pelo INE.

1. Pressupostos de cálculo dos valores residuais dos imóveis

Consideram-se os imóveis ativos tangíveis do Imofarma como na quase totalidade afetos ao desenvolvimento das atividades exercidas pela Farminveste e sociedades por si participadas. Nesta perspetiva, do ponto de vista do Imofarma, este rendimento é considerado como estável e permanente.

Para efeitos de determinação dos valores residuais dos imóveis que constituem ativos tangíveis do Imofarma, foram considerados os pressupostos seguintes:

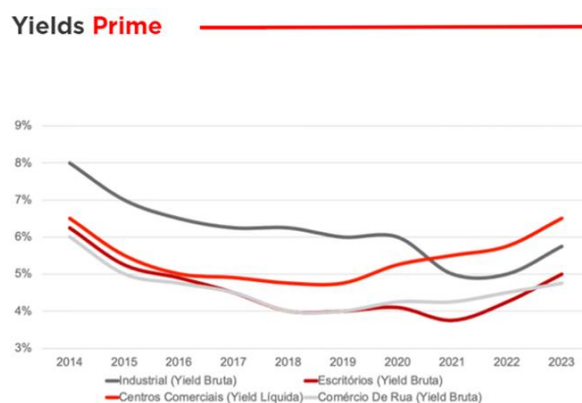
1. Valor anual de renda por imóvel (R) – valor que constitui o cash-flow anual de rendimento que permite calcular o valor global do imóvel na maturidade (valor residual), devidamente atualizado a 31 de dezembro de 2023;
2. Yield – a yield representa a taxa de rendimento gerada por um ativo, considerando o seu valor contabilístico; calcula-se pela divisão do valor anual da renda pelo valor contabilístico global do imóvel;

3. Perpetuidade – considerando o carácter estável e permanente dos inquilinos do IMOFARMA e do valor por estes pago pelo arrendamento dos imóveis, o modelo financeiro para cálculo do valor residual de cada imóvel a preços de 31 de dezembro de 2023 assenta na fórmula da perpetuidade:

$$Valor\ Residual_{31/12/2023} = \frac{Renda\ anual_{31/12/2023}}{Yield}$$

Para obtenção de valores de mercado foi tido em consideração o relatório “Marketbeat Portugal Primavera 2024” da Cushman & Wakefield disponível no sítio www.cushmanwakefield.com.

Em termos de yield que se está a praticar no mercado de investimento imobiliário em Lisboa, refere a C&W no seu relatório Marketbeat Beat Portugal Primavera 2024 que “o atual contexto económico internacional contribuiu para novos aumentos homólogos das yields prime dos principais setores do mercado imobiliário comercial, tendo ao longo de 2023 corrigido adicionalmente entre os 25 base”.



Fonte: Cushman & Wakefield

Assim, para efeitos do cálculo do valor residual a preços de 31 de dezembro de 2023 foi considerado um Yield média de 5%.

Cálculo dos valores residuais dos imóveis

Considerando os pressupostos apresentados, o quadro seguinte reflete o valor contabilístico bem como o valor residual para cada ativo tangível.

Imóveis ativos tangíveis do Imofarma	Valor imóvel (Contabilístico-VC)	Renda anual 2023	Valor Residual (VR)	Diferença VR-VC
Rua Luís de Almeida e Albuquerque, nº3 - Lisboa	2 406 750	172 542	3 450 838	1 044 088
CTEP - Centro Técnico Empresarial Porto - Rua Eng. Ferreira Dias, nº 718, 728, 738 e 794, Ramalde	40 103 600	2 345 416	46 908 316	6 804 716
F. PÓLVORA - LT EIT5 - Barcarena - Oeiras	4 392 000	364 014	7 280 282	2 888 282
Rua Santa Catarina, 2 e 4/Marechal Saldanha, 5 - Lisboa	17 048 600	1 230 031	24 600 614	7 552 014
QUINTA DA BELOURA - Rua do Centro Empresarial, Lote 307(EE-10) - Albarraque	10 607 300	652 370	13 047 402	2 440 102
SÍTIO da IGREJA - Cero do Galo, Estrada 125	812 750	68 812	1 376 245	563 495
Travessa de Santa Catarina, nºs 6 e 8 - Lisboa	2 951 650	208 692	4 173 839	1 222 189
Rua Venâncio Rodrigues, 12 - Coimbra	611 800	54 340	1 086 808	475 008
Av. Almirante Reis, 74-E e 74-H, 3 D - Lisboa	535 200	18 533	370 658	-164 542
	79 469 650	5 114 750	102 295 003	22 825 353

Conclusão

Comparando os valores contabilísticos com os residuais, conclui-se estes serem sempre superiores. Por este motivo, não devem ser consideradas políticas de amortização dos ativos que iriam distorcer ainda mais o valor contabilístico dos imóveis quando comparado com o seu valor conforme demonstrado.

Ativos direito de uso

Em 2023, decorrente da aplicação da IFRS 16, foram reconhecidos os seguintes ativos por direito de uso e movimentos no ano:

Descrição	31/12/2022	Adições	Abates	Transferências	Outras Alterações	31/12/2023
Terrenos e Recursos Naturais	262 500	-	-	-262 500	-	-
Edifícios e outras construções	15 148 426	6 028 510	-7 201 499	-787 500	-8 369	13 179 567
Viaturas	7 440 806	5 055 550	-2 053 779	-80 350	-4 877	10 357 350
Ativo tangível bruto	22 851 732	11 084 060	-9 255 278	-1 130 350	-13 246	23 536 918
Dep. acumuladas (Edifícios e outras construções)	-6 869 005	-2 180 827	7 180 337	218 232	-120 106	-1 771 370
Dep. acumuladas (Viaturas) - Direito Uso	-3 979 272	-2 456 146	1 844 550	62 494	120 106	-4 408 268
Depreciação acumulada	-10 848 277	-4 636 973	9 024 887	280 726	-	-6 179 638
Ativo tangível líquido	12 003 454	6 447 087	-230 392	-849 624	-13 246	17 357 280

Por empresa/grupo os movimentos no ano são:

Ativo direito de uso	31/12/2022	Adições	Abates	Transferências	Outras Alterações	31/12/2023
Farminveste IPG						
Ativo direito de uso	1 046 601	357 731	-791 552	-	-9 555	603 226
Depreciação acumulada	-730 599	-251 875	714 916	-	-	-267 558
Ativo tangível líquido	316 002	105 856	-76 636	-	-9 555	335 667
Globalvet						
Ativo direito de uso	71 012	43 418	-35 442	-	-1 764	77 224
Depreciação acumulada	-45 412	-19 270	35 363	-	-	-29 320
Ativo tangível líquido	25 599	24 148	-79	-	-1 764	47 904
Glintt						
Ativo direito de uso	7 215 652	4 603 812	-2 443 781	-	-	9 375 682
Depreciação acumulada	-4 047 331	-2 177 644	2 279 668	-	-	-3 945 307
Ativo tangível líquido	3 168 321	2 426 167	-164 113	-	-	5 430 375
HMR						
Ativo direito de uso	104 972	217 844	-124 467	-	-1 927	196 422
Depreciação acumulada	-62 940	-41 347	69 258	-	-	-35 029
Ativo tangível líquido	42 033	176 497	-55 209	-	-1 927	161 393
Alliance Healthcare						
Ativo direito de uso	14 413 495	5 861 255	-5 860 036	-1 130 350	-	13 284 364
Depreciação acumulada	-5 961 996	-2 146 836	5 925 682	280 726	-	-1 902 424
Ativo tangível líquido	8 451 500	3 714 419	65 646	-849 624	-	11 381 940
TOTAL						
Ativo direito de uso	22 851 732	11 084 060	-9 255 278	-1 130 350	-13 246	23 536 918
Depreciação acumulada	-10 848 277	-4 636 973	9 024 887	280 726	-	-6 179 638
Ativo tangível líquido	12 003 454	6 447 087	-230 392	-849 624	-13 246	17 357 280

7 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Conforme referido na Nota 3, as propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento são reconhecidos na Demonstração dos Resultados do período a que se referem.

O Grupo tem registado na sua conta de propriedades de investimento imóveis pertencentes ao Imofarma, conforme detalhe abaixo:

Imóveis	Área (m2)	Data Aquisição	Valor Imóvel	País	Município
TERRENOS URBANIZADOS					
Terreno - Abrunheira e Linhó-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	14 885	24/07/2008	4 212 800	Portugal	Sintra
Terreno - Abrunheira e Linhó-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	5 932	24/07/2008	1 675 500	Portugal	Sintra
Terreno - Abrunheira e Linhó-Estrada de Albarraque - Quinta da Beloura	4 906	24/07/2008	1 384 850	Portugal	Sintra
Urbana - F. PÓLVORA - LT EIT5 - Barcarena - OEIRAS	3 370	16/05/2006	408 600	Portugal	Oeiras
Urbana - F. PÓLVORA - LT EIT6 - Barcarena - OEIRAS	3 174	16/05/2006	388 450	Portugal	Oeiras
TERRENOS NÃO URBANIZADOS					
Terreno - Quinta do Ferral - Quinta do Ferral - Santa Iria da Azoia	89 302	29/06/2009	2 231 000	Portugal	Loures
Terreno - VALE DE TOIROS - Palmela - Palmela	255 404	16/05/2006	3 698 000	Portugal	Palmela
CONSTRUÇÕES ACABADAS					
Rua Santa Catarina 2 e 4 - Marechal Saldanha - Lisboa	174	16/05/2006	282 250	Portugal	Lisboa
Av. Dias da Silva - Quinta de São Jerónimo	1 696	20/12/2017	1 141 000	Portugal	Coimbra
			15 422 450		

8 - GOODWILL

Durante o exercício de 2023, o movimento na rubrica de Goodwill e respetivas perdas por imparidade foi conforme abaixo discriminado:

Entidade	Saldo Inicial	Reduções	Saldo Final
CUF, S.A.	12 360 147	-	12 360 147
Alliance Healthcare, S.A.	18 776 813	-	18 776 813
Alloga Portugal - Produtos de Consumo Farmacêutica, Lda.	8 979 483	-	8 979 483
Alliance Healthcare Açores, S.A.	1 756 321	-	1 756 321
Eurociber	18 098 386	-	18 098 386
WEN	9 368 062	-	9 368 062
Sols e Solsuni	3 601 775	-	3 601 775
Bytecode	6 310 267	-	6 310 267
Glintt HS	9 813 901	-	9 813 901
Pulso Informática	3 260 281	-	3 260 281
EHC	1 472 459	-	1 472 459
Glintt Angola	351 151	-	351 151
Consiste - SGPS	32 796 605	-	32 796 605
Loginfar	1 326 313	-	1 326 313
Aseting Informatica SL	642 190	-642 190	-
VanityMeridian	844 871	-	844 871
Hltsys	148 087	-	148 087
Contraço	90 774	-	90 774
Concep	1 047 087	-	1 047 087
Farmatools	3 352 293	-	3 352 293
Total de goodwill	134 397 267	-642 190	133 755 077

Foram realizados testes de imparidade às participadas pelo método dos cash-flows futuros descontados, com base no Plano de Negócios de cada uma das empresas para os próximos cinco anos, não tendo sido detetadas situações de imparidade.

A 31 de maio de 2023, a Glintt Espanha alienou a sua participação na Aseting informática, SL por 750 mil euros, o que gerou uma mais-valia de 100 mil euros (Nota 10).

9 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício de 2023, o movimento nas rubricas de ativos intangíveis e respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade foi conforme abaixo discriminado:

Consolidado	31/12/2022	Alteração de perímetro	Adições	Alienações/ Abates	Transferências	Operações Descontinuadas	31/12/2023
Intangíveis desenvolvidos internamente	39 425 836	-	1 916 717	-	-	-	41 342 553
Projetos de desenvolvimento	2 471 951	-	-	-	-	-	2 471 951
Programas de computador	40 507 454	-39 984	473 011	-5 699	2 968 366	-3 277 090	40 626 058
Propriedade industrial	1 897 240	-	18 525	-2 857	-	-	1 912 907
Carteira de Clientes	39 562 292	-	-	-	-	-	39 562 292
Outros Ativos Intangíveis	2 142 857	-	-	-	-	-	2 142 857
Investimentos em curso - Ativos intangíveis	3 226 029	-	1 178 884	-	-2 968 366	-	1 436 548
Ativo intangível bruto	129 233 657	-39 984	3 587 137	-8 556	-	-3 277 090	129 495 164
Amortizações acumuladas (nota 24)	-59 115 260	39 984	-9 642 178	-15 616	-	2 378 182	-66 354 888
Perdas por imparidade acumuladas	-5 285 449	-	-421 431	-	-	-	-5 706 880
Amortização acumulada	-64 400 709	39 984	-10 063 609	-15 616	-	2 378 182	-72 061 767
Ativo intangível líquido	64 832 949	-	-6 476 472	-24 172	-	-898 908	57 433 396

Os montantes que constam nas Operações descontinuadas, referem-se a ativos que estavam afetos à hmR Irlanda e hmR Espanha.

As amortizações do exercício foram registadas na rubrica da Demonstração dos Resultados “Gastos/Reversões de depreciação e de amortização” (Nota 24).

A rubrica de Trabalhos para a própria empresa originou o reconhecimento de ativos intangíveis, registados como adições do ano, no montante de €2.450.955.

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa é como se segue:

Empresa	Aquisições	TPE	Externo
Farminveste IPG	1 099 936	1 099 936	-
Glintt	1 949 908	1 338 778	611 130
Alliance Healthcare	537 292	12 240	525 052
Total	3 587 137	2 450 955	1 136 182

Em 2023, os TPE'S que constam na Farminveste IPG e na Alliance, são compras de ativos Intangíveis, produzidos pela Glintt.

Ativos intangíveis	31/12/2022	Alteração de perímetro	Adições	Alienações / Abates	Operação Descontinuada	31/12/2023
Farminveste IPG						
Ativo intangível bruto	19 736 729	-	1 099 936	-	-	20 836 665
Depreciação acumulada	-12 197 871	-	-2 122 807	-20 000	-	-14 340 678
Ativo intangível líquido	7 538 858	-	-1 022 871	-20 000	-	6 495 987
Globalvet						
Ativo intangível bruto	32 035	-	-	-	-	32 035
Depreciação acumulada	-32 035	-	-	-	-	-32 035
Ativo intangível líquido	-	-	-	-	-	-
Glintt						
Ativo intangível bruto	76 814 671	-39 984	1 949 908	-8 556	-	78 716 039
Depreciação acumulada	-36 904 266	39 984	-4 854 445	4 384	-	-41 714 342
Ativo intangível líquido	39 910 405	-	-2 904 536	-4 172	-	37 001 697
HMR						
Ativo intangível bruto	7 130 676	-	-	-	-3 277 090	3 853 586
Depreciação acumulada	-4 281 958	-	-589 998	-	2 378 182	-2 493 775
Ativo intangível líquido	2 848 717	-	-589 998	-	-898 908	1 359 811
Alliance Healthcare						
Ativo intangível bruto	25 519 549	-	537 292	-	-	26 056 841
Depreciação acumulada	-10 984 581	-	-2 496 359	-	-	-13 480 940
Ativo intangível líquido	14 534 968	-	-1 959 067	-	-	12 575 901
TOTAL						
Ativo intangível bruto	129 233 657	-39 984	3 587 137	-8 556	-3 277 090	129 495 164
Depreciação acumulada	-64 400 709	39 984	-10 063 609	-15 616	2 378 182	-72 061 767
Ativo intangível líquido	64 832 949	-	-6 476 472	-24 172	-898 908	57 433 396

Os principais aumentos dizem respeito essencialmente a:

- Software hospitalar desenvolvido e comercializado pela Glintt – 1,9 Milhões de euros;
- Implementação do novo sistema SAP S/4 HANA na Alliance Healthcare – 458 mil de euros cujo início ocorreu a 1 janeiro de 2022;
- Desenvolvimento do Sifarma – 1,1 Milhão de euros na Farminveste IPG;
- Transferência de ativos afetos à HMR Espanha e Irlanda para Operações descontinuadas.

No final de 2023: i) não foram identificados fatores ou circunstâncias que conduzissem à definição de vidas úteis indefinidas; ii) não se encontra escriturado qualquer ativo intangível que, individualmente, tenha um efeito materialmente relevante para as demonstrações financeiras consolidadas; iii) não existem ativos intangíveis adquiridos por meio de um subsídio do governo e inicialmente reconhecidos pelo justo valor; iv) não existem quantias escrituradas de ativos intangíveis com titularidade restringida, nem quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantias de passivos; v) não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis; vi) não existem ativos intangíveis contabilizados por quantias revalorizadas; e vii) não foram reconhecidos gastos relacionadas com dispêndios de pesquisa e desenvolvimento (incluindo todos os gastos por natureza que foram, face ao seu destino, classificados como gastos de pesquisa e desenvolvimento, bem como os gastos de pesquisa e desenvolvimento que foram capitalizados).

10 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital detido e método utilizado em 31 de dezembro de 2023 são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Percentagem de participação	Método consolidação
Farminveste SGPS	Lisboa	-	Empresa-mãe
Empresas Subsidiárias			Integral / Integral
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	Lisboa	100,00%	método Integral
HMR - Health Market Research International, S.A.	Lisboa	100,00%	Integral
HMR - Health Market Research Portugal, Unipessoal Lda.	Lisboa	100,00%	Integral
HMR Health Market Research Germany GmbH	Frankfurt	100,00%	Integral
hmR Ireland Limited	Dublin	50,00%	Integral
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	Lisboa	96,00%	Integral
Alliance Healthcare, S.A.	Porto	51,00%	Integral
Alliance Healthcare Participações, SGPS, Unipessoal, Lda	Porto	51,00%	Integral
Alloga Portugal, Lda.	Lisboa	51,00%	Integral
Almus, Lda.	Porto	51,00%	Integral
Alliance Healthcare Açores, S.A.	Ponta Delgada	51,00%	Integral
Alloga Logifarma, S.A.	Lisboa	26,01%	Integral
Alphega, Lda.	Porto	51,00%	Integral
Imofarma - Fundo Especial de investimento Imobiliário Fechado	Lisboa	82,17%	Integral
Glintt - Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A.	Sintra	76,4% (1)	Integral
Glintt - Global Intelligent Technologies, S.A.	Sintra	76,4% (1)	Integral
Glintt - Healthcare Solutions, SA	Porto	76,4% (1)	Integral
Glintt - Healthcare S.L.U	Bilbao	76,4% (1)	Integral
Sol-S e Solsuni - Tecnologias de Informação, SA	Lisboa	76,4% (1)	Integral
Pulso Informatica, SLU	Madrid	76,4% (1)	Integral
Solservice Angola, Lda	Luanda	76,4% (1)	Integral
Glintt Angola, Lda	Luanda	76,4% (1)	Integral
Consoft, SA	Madrid	76,4% (1)	Integral
Farmasoft, SL	Madrid	42,02% (1)	Integral
Glintt Espanha, SL	Madrid	76,4% (1)	Integral
Glintt INOV, SA	Porto	76,4% (1)	Integral
Qwerty Informática, S.L.	Valencia	76,4% (1)	Integral
Alpes Informática	San Sebastian	76,4% (1)	Integral
Glintt Açores	Praia da Vitória	76,4% (1)	Integral
LOGINFAR S.L	Barcelona	76,4% (1)	Integral
Monsegur Informática, S.L	Barcelona	76,4% (1)	Integral
HLTSYS	Porto	38,97% (1)	Integral
VanityMeridian	Porto	76,4% (1)	Integral
Concept Arquitectura y Diseño de Farmacias Rentables S.L.	Zaragoza	38,97% (1)	Integral
Empresas Associadas			Equivalência Patrimonial
CUF, SA	Lisboa	30,00%	Equivalência Patrimonial
José de Mello Residências e Serviços, SGPS, S.A.	Lisboa	27,00%	Equivalência Patrimonial
Entidades conjuntamente controladas			Equivalência Patrimonial
Go Far Insurance - Soluções e Serviços Para Protecção da Saúde, Mediação de Seguros, S.A	Lisboa	50,00%	Equivalência Patrimonial
Cogifar Tech, S.L.	Valencia	38,2% (1)	Equivalência Patrimonial

(1) A percentagem da participação na Glintt é de 76,40451 %

A informação financeira disponível à data da Demonstração da Posição Financeira das empresas participadas (subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos) resume-se como segue:

Entidades	% de participação	Ativo	Passivo	Capital próprio	Gastos	Rendimentos
Farminveste SGPS	Empresa-mãe	625 064 058	421 175 706	203 888 351	865 602 719	875 915 014
Empresas Subsidiárias						
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	100,00%	625 010 310	389 928 532	235 081 778	864 158 608	875 930 925
Alliance Healthcare, S.A. (contas consolidadas)	51,00%	245 899 009	186 643 480	59 255 530	701 348 322	710 317 793
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	96,00%	227 686	285 937	-58 251	595 873	566 184
HMR - Health Market Research International, S.A. (contas consolidadas)	100,00%	18 681 685	9 926 506	8 755 179	8 546 144	9 980 213
Imofarma - Fundo Especial de investimento Imobiliário Fechado	82,17%	95 258 574	16 789 532	78 469 042	2 274 465	7 373 123
Glintt - Global Intelligent Technologies, SGPS, S.A. (contas consolidadas)	76,40%	183 299 457	101 408 105	81 891 352	119 005 726	123 802 528
Empresas Associadas						
CUF	30,0%	1 007 402 458	796 877 690	210 524 769	720 343 048	758 433 268
José de Mello Residências e Serviços, SGPS, S.A.	27,0%	24 225 692	19 900 486	4 325 206	8 440 982	8 520 221
Entidades conjuntamente controladas						
Go Far Insurance S.A	50,0%	990 660	193 602	797 058	381 171	635 893

A Farminveste IPG detém, uma participação financeira de 76,4% na Glintt, registada pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP) nas suas contas individuais.

A sociedade Glintt encontra-se cotada na Euronext Lisboa. À data de 31 de dezembro de 2023, a valorização da participação na Glintt à cotação de mercado era de €30.610.930 (86.962.868 ações a € 0,352/ação). À data deste relatório a ação Glintt encerrou o dia com a cotação de € 0,396/ação.

A Farminveste considera este investimento financeiro como muito relevante e estratégico para o Grupo. Por este motivo, não ajustou em 2023 nem em anos anteriores o valor da sua participação na Glintt em função da cotação das suas ações.

Este procedimento assenta, igualmente, na verificação de que os testes de imparidade realizados às participadas da própria Glintt (uma vez que é uma sociedade cotada sujeita às IFRS/IAS), concluem não existir a necessidade de registar quaisquer ajustamentos por imparidade no seu capital próprio.

O detalhe das rubricas de participações financeiras e outros ativos financeiros a 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentava-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Participações Financeiras	63 617 099	56 835 158
Empresas Associadas- MEP	63 617 099	56 835 158
CUF, SA	62 762 549	55 994 819
José de Mello Saúde e Residências	854 550	840 339
Outros Ativos Financeiros	12 390 393	8 748 271
Não corrente	966 366	990 790
Empresas Associadas - Outros métodos	155 047	217 941
Sensing Evolution	4 047	4 047
Mantelnor EGAP	3 000	3 000
PCTA - Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo, S.A.	40 000	40 000
COGIFAR TECH S.L.	86 293	149 187
Outras	21 707	21 707
Entidades conjuntamente controladas	398 564	271 210
Go Far Insurance	398 564	271 210
Outros Ativos não corrente	412 755	501 639
Outros Ativos corrente	11 424 027	7 757 481
Total	76 007 492	65 583 429

Na rubrica de Outros Ativos Financeiros estão registados:

- Não corrente: essencialmente a constituição do Fundo de Compensação do Trabalho.
- Corrente: Ativos de terceiros na posse do Grupo referentes aos stocks nos armazéns da Alloga Logifarma Os

resultados destas participações estão reconhecidos da Demonstração dos Resultados, na rubrica “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, conforme detalhe:

Empresa-mãe	Participada	% participação	2023	2022
Farminveste IPG, S.A.	CUF, SA	30,00%	11 345 389	10 358 362
Farminveste IPG, S.A.	José de Mello Residências e Serviços	27,00%	14 210	-128 366
Farminveste IPG, S.A.	Go Far Insurance	50,00%	127 354	4 608
Farminveste IPG, S.A.	Aponatura	Pela Alienação e MEP	76 732	-
Glintt	Cogifar	50,00%	-62 894	34 302
Glintt	Aseting	Pela Alienação	100 000	-
	Total		11 600 791	10 268 906

11 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é composto da seguinte forma:

Imposto sobre o rendimento do período	2023	2022
Imposto corrente	5 783 367	6 662 804
Imposto diferido	-88 569	290 051
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	131 290	273
Outros ajustamentos	-2 178 209	-1 623 805
Total	3 647 879	5 329 322

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o seguinte:

Impostos Diferidos	31/12/2023	31/12/2022
Ativos por Impostos diferidos		
Prejuízos fiscais acumulados	266 545	377 659
Ajustamentos de inventário	903 863	714 035
Benefícios fiscais	506 936	797 325
Perdas de imparidade para saldos de clientes	1 838 945	2 157 960
Perdas de imparidade para contas a receber	13 209	6 432
Total	3 529 497	4 053 410
Passivos por Impostos diferidos		
Outros	26 244	104 980
Ativos fixos tangíveis	4 280	6 411
Carteira de clientes - Logifarma	599 152	717 017
Carteira de clientes - Consoft	6 748 613	6 833 179
Carteira de clientes - Qwertys	286 295	289 359
Carteira de clientes - Alpes	148 965	148 965
Carteira de clientes - Monsegur	180 259	197 686
Total	7 993 809	8 297 598

12 - INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023, os inventários do Grupo eram detalhados conforme se segue:

Inventário	Montante Bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido
Mercadorias			
Produtos farmacêuticos	72 190 798	-3 733 190	68 457 609
Produtos de consumo	240 506	-	240 506
Outros	3 134 456	-527 327	2 607 129
Total	75 565 760	-4 260 516	71 305 244

O custo das mercadorias vendidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado como se segue:

Custo das mercadorias vendidas	2023	2022
Existências Iniciais	74 501 927	67 801 822
Compras	655 599 518	658 920 475
Regularizações	-947 201	-1 152 508
Movimentos de Acréscimos	2 812 100	2 683 530
Existências finais	-71 305 244	-74 501 927
Custo do exercício	660 661 100	653 751 392

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 é detalhada conforme se segue:

Imparidades Inventário	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Saldo Final
Mercadorias	3 479 928	781 402	-814	4 260 516

Os aumentos de perdas por imparidade de inventários foram registados na rubrica da Demonstração dos Resultados "Imparidade de inventários (perdas)/reversões".

13 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
CLIENTES				
Clientes conta corrente e conta letras	101 124 566	575 097	103 447 993	560 527
Clientes de cobrança duvidosa	9 297 854	-	9 565 159	-
Perdas por imparidade	-15 780 288	-402 329	-17 995 857	-121 473
Total clientes	94 642 133	172 768	95 017 295	439 054
ESTADO				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1 448 687	-	2 052 332	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1 054 918	-	855 184	-
Segurança Social	1 980	-	-	-
Outros	-	-	15 288	-
Total estado (ativo)	2 505 585	-	2 922 804	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER				
Pessoal	24 336	-	26 618	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	13 377 940	-	16 475 519	-
Outros devedores	9 378 099	5 518 989	11 954 539	6 068 482
Outros devedores - Partes Relacionadas	4 500 000	-	6 500 000	-
Perdas por imparidade	-76 350	-600 000	-90 895	-250 000
Total outros créditos a receber	27 204 024	4 918 989	34 865 780	5 818 482
Total de outros créditos a receber	124 351 742	5 091 757	132 805 878	6 257 536

Por empresa o detalhe em 2023 e 2022 é o seguinte

Não corrente

Descrição	2023			2022		
	Não corrente	Alliance Healthcare	Glintt	Não corrente	Alliance Healthcare	Glintt
CLIENTES						
Clientes conta corrente e conta letras	575 097	-	575 097	560 527	-	560 527
Perdas por imparidade	-402 329	-	-402 329	-121 473	-	-121 473
Total clientes	172 768	-	172 768	439 054	-	439 054
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER						
Outros devedores	5 518 989	296 727	5 222 262	6 068 482	632 879	5 435 603
(Perdas por imparidade acumuladas)	-600 000	-	-600 000	-250 000	-	-250 000
Total outros créditos a receber	4 918 989	296 727	4 622 262	5 818 482	632 879	5 185 603
Total de outros créditos a receber	5 091 757	296 727	4 795 030	6 257 536	632 879	5 624 657

Corrente

Descrição	2023							
	Corrente	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	HMR	Imofarma	Globalvet
CLIENTES								
Clientes conta corrente e conta letras	101 124 566	-	259 022	80 904 710	18 632 364	1 298 005	998	29 467
Clientes de cobrança duvidosa	9 297 854	-	252 902	7 754 498	1 160 015	130 439	-	-
Perdas por imparidade	-15 780 288	-	-252 902	-14 637 969	-757 686	-131 731	-	-
Total clientes	94 642 133	-	259 022	74 021 239	19 034 693	1 296 714	998	29 467
ESTADO								
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1 448 687	-	-	1 311 073	31 806	105 807	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1 054 918	1 313	243 646	172 956	637 004	-	-	-
Segurança Social	1 980	1 980	-	-	-	-	-	-
Total estado (ativo)	2 505 585	3 293	243 646	1 484 029	668 810	105 807	-	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER								
Pessoal	24 336	-	-	21 349	2 265	-	-	721
Devedores por acréscimos de rendimentos	13 377 940	-	1 449 573	10 136 269	1 670 352	121 745	-	-
Outros devedores	9 378 099	-	718 634	5 989 793	2 625 150	44 522	-	-
Outros devedores - Partes Relacionadas	4 500 000	-	4 500 000	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade	-76 350	-	-	-76 350	-	-	-	-
Total outros créditos a receber	27 204 024	-	6 668 207	16 071 061	4 297 767	166 267	-	721
Total de outros créditos a receber	124 351 742	3 293	7 170 875	91 576 329	24 001 270	1 568 788	998	30 188

Descrição	2022								
	Corrente	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	HMR	Imofarma	Aponatura	Globalvet
CLIENTES									
Clientes conta corrente e conta letras	103 447 993	-	985 625	79 271 547	22 501 492	647 887	203	15 002	26 237
Clientes de cobrança duvidosa	9 565 159	-	190 850	7 897 432	1 402 653	74 224	-	-	-
Perdas por imparidade	-17 995 857	-	-190 850	-16 400 861	-1 308 500	-95 030	-	-13	-603
Total clientes	95 017 295	-	985 625	70 768 117	22 595 645	627 081	203	14 990	25 634
ESTADO									
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2 052 332	-	-	1 462 342	48 194	541 796	-	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	855 184	7 764	85 466	660 757	101 198	-	-	-	-
Outros	15 288	-	-	-	15 288	-	-	-	-
Total estado (ativo)	2 922 804	7 764	85 466	2 123 098	164 679	541 796	-	-	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER									
Pessoal	26 618	-	-	18 689	4 025	-	-	-	3 903
Devedores por acréscimos de rendimentos	16 475 519	-	1 465 676	11 276 460	3 701 327	319	-	31 590	147
Outros devedores	11 954 539	-	507 428	8 364 988	2 990 361	48 017	-	43 745	-
Outros devedores - Partes Relacionadas	6 500 000	-	6 500 000	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade	-90 895	-	-	-90 895	-	-	-	-	-
Total outros créditos a receber	34 865 780	-	8 473 104	19 569 242	6 695 713	48 336	-	75 335	4 050
Total de outros créditos a receber	132 805 878	7 764	9 544 195	92 460 457	29 456 037	1 217 213	203	90 324	29 684

Clientes e outros créditos a receber – ativo não corrente

O montante classificado como não corrente nas rubricas de clientes, diz, essencialmente, respeito a acordos de regularização de dívida celebrados com os clientes, os quais vencem juros e cujo vencimento é superior a um ano, bem como saldos de cobrança duvidosa que estão em processo de contencioso e recuperação, registados na Alliance.

Cientes e outros créditos a receber – ativo corrente

As perdas por imparidade para os créditos a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade dos créditos a receber e o perfil de risco do cliente. Em 31 de dezembro de 2023, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” diz, essencialmente, respeito a:

- Serviços a faturar pela Alliance e suas subsidiárias, no montante de 11,3 milhões de euros, sendo em grande parte referentes a descontos a obter;
- Serviços a faturar pela Glintt no montante de 3,7 milhões de euros, essencialmente em contratos plurianuais de manutenção ou de consultoria, cuja faturação não é mensal, mas seguem datas específicas pré-aprovadas ou com milestones por cumprir;

O movimento das imparidades de clientes em 2023 foi o seguinte:

Imparidades Clientes	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Transferências	Utilização	Saldo Final
Imparidade Clientes Total	18 117 330	1 165 535	-1 966 223	-350 000	-784 025	16 182 617
Imparidade Outros Devedores	340 895	-	-14 545	350 000	-	676 350
Total	18 458 225	1 165 535	-1 980 768	-	-784 025	16 858 967

As categorias de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhadas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
FORNECEDORES				
Fornecedores - Conta corrente	98 840 891	-	92 396 604	-
Fornecedores - faturas em recep. e conferência	2 954 118	-	2 946 820	-
Total fornecedores	101 795 009	-	95 343 424	-
ESTADO				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3 595 845	-	4 363 849	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1 379 993	-	701 388	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1 482 767	-	1 501 281	-
Segurança Social	1 667 213	-	1 638 248	-
Outros	208 547	-	231 698	-
Total estado (passivo)	8 334 365	-	8 436 465	-
OUTRAS DIVIDAS A PAGAR				
Pessoal	237 453	-	91 571	-
Fornecedores de investimentos	69 384	-	902 441	-
Credores por acréscimos de gastos	23 827 188	-	22 181 227	-
Outros credores	6 590 600	2 003 502	4 565 050	4 466 234
Total outras contas a pagar	30 724 623	2 003 502	27 740 287	4 466 234
Total de passivos financeiros	140 853 997	2 003 502	131 520 175	4 466 234

O valor não corrente corresponde essencialmente a um saldo a pagar ao Fundo Explorer, registado na Glintt no valor de 2 milhões de euros.

O detalhe dos montantes correntes por empresa é o seguinte:

Descrição	2023							
	Corrente	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	HMR	Imofarma	Globalvet
FORNECEDORES								
Fornecedores	101 795 009	977	2 043 305	84 121 736	14 982 168	493 601	109 772	43 451
Total fornecedores	101 795 009	977	2 043 305	84 121 736	14 982 168	493 601	109 772	43 451
ESTADO								
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3 595 845	-	230 211	934 510	2 056 972	265 136	106 149	2 868
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1 379 993	-	-	588 757	688 290	87 596	-	15 349
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1 482 767	-	78 563	215 217	1 171 420	15 851	-	1 716
Segurança Social	1 667 213	-	75 048	264 825	1 297 159	26 246	-	3 936
Outros	208 547	-	1 066	8	8 798	333	198 297	45
Total estado (passivo)	8 334 365	-	384 888	2 003 317	5 222 639	395 161	304 446	23 915
OUTRAS DIVIDAS A PAGAR								
Pessoal	237 453	-	-	6 595	230 858	-	-	-
Fornecedores de investimentos	69 384	-	-	69 384	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	23 827 188	516 963	3 765 880	6 503 691	12 239 946	721 390	32 504	46 813
Outros credores	6 590 600	2 660 000	270 804	1 162 568	2 455 876	10	-	41 342
Total outras contas a pagar	30 724 623	3 176 963	4 036 684	7 742 238	14 926 680	721 401	32 504	88 155
Total de passivos financeiros	140 853 997	3 177 940	6 464 877	93 867 291	35 131 486	1 610 162	446 722	155 520

Descrição	2022								
	Corrente	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	HMR	Imofarma	Aponatura	Globalvet
FORNECEDORES									
Fornecedores	95 343 424	2 690	1 585 526	78 103 687	15 142 117	235 422	258 049	31 185	-15 253
Total fornecedores	95 343 424	2 690	1 585 526	78 103 687	15 142 117	235 422	258 049	31 185	-15 253
ESTADO									
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4 363 849	-	267 721	781 357	3 180 298	-	126 594	5 330	2 549
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	701 388	-	-	261 033	428 712	-	-	11 643	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	1 501 281	-	72 385	196 507	1 218 864	11 729	-	-	1 796
Segurança Social	1 638 248	-	95 021	239 290	1 282 850	17 447	-	-	3 640
Outros	231 698	-	1 290	8	8 684	288	221 386	-	41
Total estado (passivo)	8 436 465	-	436 417	1 478 195	6 119 409	29 464	347 981	16 972	8 026
OUTRAS DIVIDAS A PAGAR									
Pessoal	91 571	-	-	3 969	87 602	-	-	-	-
Fornecedores de investimentos	902 441	-	-	902 441	-	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	22 181 227	521 342	3 055 539	5 687 838	12 096 853	635 546	43 235	42 852	98 023
Outros credores	4 565 050	1 182 000	234 729	155 635	2 984 148	5 285	-	-	3 255
Total outras contas a pagar	27 740 287	1 703 342	3 290 269	6 749 883	15 168 603	640 830	43 235	42 852	101 278
Total de passivos financeiros	131 520 175	1 706 032	5 312 212	86 331 765	36 430 129	905 717	649 264	91 009	94 051

O detalhe da rubrica “Credores por acréscimos de gastos” é o seguinte:

Credores por acréscimos de gastos	31/12/2023	31/12/2022
Descontos a conceder	97 592	58 075
Remunerações a liquidar	9 722 061	9 655 115
Juros a liquidar	2 524 252	1 185 567
Outros acréscimos de gastos	11 483 282	11 282 470
Total	23 827 188	22 181 227

O detalhe por empresa em 2023 e 2022 é o seguinte:

2023

Credores por acréscimos de gastos	Descontos a conceder	Remunerações a liquidar	Juros a liquidar	Outros acréscimos de gastos	2023
FV SGPS	-	2 460	514 503	-	516 963
FV IPG	-	-	1 311 424	2 454 456	3 765 880
Alliance Healthcare	97 592	2 620 905	-	3 785 194	6 503 691
Glintt	-	6 752 954	657 347	4 829 646	12 239 946
HMR	-	313 435	24 334	383 621	721 390
Imofarma	-	-	16 644	15 860	32 504
Globalvet	-	32 308	-	14 505	46 813
TOTAL	97 592	9 722 061	2 524 252	11 483 282	23 827 188

2022

Credores por acréscimos de gastos	Descontos a conceder	Remunerações a liquidar	Juros a liquidar	Outros acréscimos de gastos	2022
FV SGPS	-	5 131	516 211	-	521 342
FV IPG	-	-	304 015	2 751 524	3 055 539
Alliance Healthcare	58 075	3 017 271	-	2 612 492	5 687 838
Glintt	-	6 361 972	303 599	5 431 281	12 096 853
HMR	-	233 871	36 213	365 462	635 546
Imofarma	-	-	25 529	17 706	43 235
Aponatura	-	-	-	42 852	42 852
Globalvet	-	36 870	-	61 153	98 023
TOTAL	58 075	9 655 115	1 185 567	11 282 470	22 181 227

14 - DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as rubricas de “Diferimentos” ativos e passivos apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos	31/12/2023	31/12/2022
Gastos a reconhecer		
Seguros	226 840	149 607
Contratos Anuais	20 232	45 271
Outros Gastos a Reconhecer	5 185 442	4 243 712
Total do ativo	5 432 514	4 438 589
Corrente		
Outros rendimentos a reconhecer	12 948 058	15 879 111
Total do passivo	12 948 058	15 879 111
Total líquido	-7 515 544	-11 440 522

15 - INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, no montante de 100 000 000 de euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 20 000 000 de ações com um valor nominal de 5 euros cada, sendo 17 500 000 de ações da Categoria A e 2 500 000 de ações da Categoria B.

Ambas as categorias das ações conferem direito de voto. No entanto, cada acionista titular de ações da Categoria B não poderá, com essas ações, emitir em nome próprio, diretamente ou através de representante, mais de cento e vinte e cinco mil votos, independentemente de deter número superior de ações dessa Categoria.

Os detentores de capital e sua repartição por categoria de ações, a 31 de dezembro de 2023 era a seguinte:

	%	Nº de Ações		Valor nominal	Valor das Ações (€)		Total
		Cat. A	Cat. B	€	Cat. A	Cat. B	
Capital Social							
Associação Nacional das Farmácias	87,76	17 500 000	51 431	5,00	87 500 000	257 155	87 757 155
Outros Acionistas	12,24		2 448 569	5,00	-	12 242 845	12 242 845
		17 500 000	2 500 000		87 500 000	12 500 000	100 000 000

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2023 a reserva legal ascendia a 1 649 113 euros.

Ajustamentos em ativos financeiros

Nesta rubrica encontram-se registados os ajustamentos em ativos financeiros relacionados com a aplicação do método da equivalência patrimonial decorrentes de outras variações de capital próprio da participada Farminveste IPG.

Ajustamentos em ativos financeiros	2023	2022
Diferença de conversão Cambial	-260 249	-26 464
Aplicação gastos a Resultados Transitadas Glintt	78 098	19 219 557
Outras variações Capitais Próprios - AH	-1 184 616	-
Justo valor dos instrumentos de cobertura -CUF	-200 763	-
Revalorização de Ativos	4 700 024	2 459 857
Aplicação gastos a Resultados Transitadas - CUF	-526 920	-
Redução de capital Glintt	-	-19 933 067
Reservas não distribuíveis SGPS	19 786	112 224
Resultados acumulados SGPS	-14 043	-90 642
Outras variações CP SGPS	-	-2
Outras variações de Capitais Próprios	77 958	61 134
TOTAL	2 689 277	1 802 599

Interesses Minoritários

O detalhe por empresa da rubrica de Interesses Minoritários em 31 de dezembro de 2023 é o seguinte:

Empresa	% não detida	Interesses Minoritários	
		Demonstração de Resultados	Balço
Alliance Healthcare	49,00%	5 216 185	31 011 390
Glintt	23,60%	1 723 994	20 353 642
Globalvet	4,00%	-1 188	-2 330
hmR Ireland	50,00%	-	5 282
Imofarma	17,83%	910 360	13 994 151
Total		7 849 351	65 362 135

16 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de provisões teve a seguinte movimentação:

Provisões	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Transferências	Saldo Final
Outras Provisões	8 487 975	814 783	-2 901 635	-358 155	238 320	6 281 289
Imposto	565 224	-	-	-	-238 320	326 904
Total	9 053 200	814 783	-2 901 635	-358 155	-	6 608 193

O detalhe dos movimentos de provisão registado em 2023 foi para fazer face a:

- Aumento de provisão de utilização dos Pontos Saúde por parte dos utentes das farmácias em 203 mil euros;

- Aumento de Provisões de natureza fiscal em 88 mil euros, o que foi registado na rubrica da Demonstração dos Resultados em “Imposto sobre o rendimento.
- Constituição de provisão de recondicionamento de viatura (IFRS 16) em 524 mil euros, registada em Custos com o Pessoal;
- Reversão da provisão constituída a favor da Glintt, relativa à aquisição da Consiste, nomeadamente ao não desconto de valor nos saldos de clientes em mora (Clientes HAA), no montante de 1.178 mil euros;
- Reversão da provisão de garantia de empréstimo da Sensing em 30 mil euros;
- Reversão de Provisões de natureza fiscal na AH em 1.649 mil euros, que foi registado na rubrica da Demonstração dos Resultados “Imposto sobre o rendimento”;
- Reversão de outras provisões na AH no montante de 45 mil euros;
- Utilização da provisão refere-se essencialmente à filial Glintt Angola no montante de 350 mil euros;
- Utilização da provisão refere-se essencialmente à filial Glintt Espanha no valor de 8 mil euros;

Garantias, Fianças e Cartas Conforto

Farminveste IPG

A 31 de dezembro de 2023 as empresas do grupo tinham as seguintes Fianças e aval obtidas junto da ANF:

Tipo	Data	Afiançada	Beneficiário	Montante	Designação	Montante em dívida
Linhas Médio e Longo Prazo						
Fiança/aval	07/dez/2015	Farminveste IPG	Novo Banco	13 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	5 874 163
Fiança/aval	27/dez/2017	Farminveste IPG	Novo Banco	22 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	18 352 256
Fiança/aval	22/mar/2018	Farminveste IPG	Millennium BCP	12 500 000	Empréstimo médio e longo prazo	10 851 289
Fiança/aval	05/nov/2019	Farminveste IPG	Novo Banco	2 500 000	Empréstimo médio e longo prazo	1 236 578
Fiança/aval	06/mar/2017	Glintt GIT	Montepio Geral	1 600 000	Empréstimo médio e longo prazo	404 089
Fiança/aval	12/mar/2021	Glintt GIT	Crédito Agrícola	3 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	1 687 500
Fiança/aval	04/jul/2018	Glintt GIT	Millennium BCP	5 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	2 074 078
Fiança/aval	19/fev/2020	Glintt GIT	Millennium BCP	2 500 000	Empréstimo médio e longo prazo	2 307 597
Fiança/aval	17/mar/2017	Glintt GIT	Novo Banco	14 875 000	Empréstimo médio e longo prazo	3 279 160
Fiança/aval	10/mar/2017	Glintt GIT	Santander Totta	1 700 000	Empréstimo médio e longo prazo	313 461
Fiança/aval	06/abr/2020	Glintt GIT	Santander Totta	2 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	634 574
Fiança/aval	06/mar/2017	Glintt GIT	Montepio Geral	2 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	466 256
Fiança/aval	17/fev/2021	Glintt GIT	Montepio Geral	6 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	3 800 000
Fiança/aval	06/mar/2017	Glintt HS	Montepio Geral	1 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	310 838
Fiança/aval	16/jan/2018	HMR	Novo Banco	3 000 000	Empréstimo médio e longo prazo	1 551 988
		sub-total		92 675 000		53 143 827
Linhas Curto Prazo						
Fiança/aval	24/dez/2015	Farminveste IPG	Novo Banco	2 000 000	Conta corrente caucionada	1 800 000
Fiança/aval	23/mar/2015	Farminveste IPG	Santander Totta	500 000	Conta corrente caucionada	495 000
		Farminveste/ANF	Caixa Geral de Depósitos	5 000 000	Conta Corrente Solidária ANF/Farminveste	4 975 000
Fiança/aval	24/jul/2015				Conta corrente	-
Fiança/aval	17/mar/2017	Glintt GIT	Novo Banco	1 500 000	Conta corrente	-
Fiança/aval	17/mar/2017	Glintt GIT	Novo Banco	4 000 000	Conta corrente	-
Fiança/aval	15/jan/2014	Farminveste IPG	Millennium BCP	5 000 000	Descoberto de Conta de DO	4 415 972
Fiança/aval	17/mar/2017	Consoft	Novo Banco	3 500 000	Conta corrente caucionada	-
		sub-total		21 500 000		11 685 972
				114 175 000		64 829 798

A 2023 o grupo mantinha o seguinte penhor sobre as ações da Alliance Healthcare, CUF, Glintt e sobre as UPS do Fundo Imofarma:

Entidade Beneficiária	Penhor	Ações UPS	Beneficiário	Montante Empréstimo
FV IPG	Alliance Healthcare	117 500	Novo Banco	27 556 334
FV IPG	Alliance Healthcare	27 500	BCP	7 500 000
Glintt	Alliance Healthcare	75 000	Novo Banco	14 875 000
ANF	Alliance Healthcare	25 000	Novo Banco	15 000 000
	Penhor de Ações AH	245 000		64 931 334
ANF	Imofarma	1 100 000	BCP	10 600 000
ANF	Imofarma	1 122 780	BCP	15 000 000
FV IPG	Imofarma	6 072 018	BCP	27 722 969
FV IPG	Imofarma	500 000	MONAF	3 000 000
FV IPG	Imofarma	175 181	Novo Banco	27 556 334
	Penhor de UPS Imofarma	8 969 979		83 879 303
FV IPG	CUF	1 155 400	Novo Banco	27 556 334
FV IPG	CUF	1 325 000	CGD	27 500 000
	Penhor de Ações CUF	2 480 400		55 056 334
FV IPG	Glintt	17 392 574	Novo Banco	27 556 334
FV IPG	Glintt	21 740 717	BCP	27 722 969
	Penhor de Ações Glintt	39 133 291		55 279 302

Farminveste

A Farminveste tem a seguinte responsabilidade por garantia prestada:

EMPRESA	BENEFICIÁRIO	BANCO	DATA EMISSÃO	VALIDADE	MOEDA	MONTANTE
Farminveste	Glintt GIT	NB	17/04/2013	S/Prazo	EUR	3 667 196

Na Alliance Healthcare, o detalhe das responsabilidades por garantias prestadas é o seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Região Autónoma dos Açores (SIDER)	72 104	115 366
Câmara Municipal de Sintra	25 000	25 000
Autoridade Tributária e Aduaneira	2 000	2 000
Tribunal do Trabalho	5 422	5 422
	104 526	147 788

Glantt

Os compromissos financeiros que não figuram nas demonstrações financeiras referentes a garantias bancárias prestadas a terceiros pela Glantt destinadas a servir de caução aos projetos em curso, são discriminados como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Agência para a Modernização Administrativa IP	472 368	256 674
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	211 847	211 847
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	44 230	44 230
HPP Saúde - Parcerias Cascais, S.A.	25 000	25 000
Hospital Espírito Santo Évora	20 450	20 450
Metropolitano de Lisboa E.P.E.	16 836	16 836
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde E.P.E.	13 500	13 500
Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.E.P.	12 384	12 384
Assembleia da República	11 750	11 750
AT - Autoridade Tributária e Aduaneira	10 450	20 544
Outras garantias	67 452	78 493
Total garantias prestadas	906 266	711 707

Processos judiciais

Alliance Healthcare

A Alliance Healthcare mantinha em 2023 os seguintes processos fiscais em aberto:

Processo	Detalhe	Exercício	Montante Reclamado	Montante Pago	Provisão	Situação
00237/04 - Imp	IRC - Correção à Material Coletável	1993	4 758 691	4 523 611	28 080	Em 2021 a Empresa recebeu 5.868.633 Euros relativos a este processo, dos quais 3.451.375 Euros referem-se a imposto e 2.417.258 Euros referem-se a juros indemnizatórios, que foram reconhecidos na rubrica da demonstração de resultados "Juros e rendimentos similares obtidos". Deste modo e relativamente ao processo n.º 00237/04 - Imp, o Grupo mantinha em 31 de dezembro de 2022 um saldo devedor na rubrica Estado e Outros Entes Públicos no montante de 235.080 Euros, e uma perda por imparidade de 28.080 Euros.
1202/05.9BELSB	IRC - não aceitação como custo fiscal despesas não documentadas de determinados pagamentos	2000 a 2002	7 000 000	12 568 580	-	Em 2022 a Empresa recebeu 201.438 Euros relativos a este processo, que foram reconhecidos na rubrica da demonstração de resultados "Juros e rendimentos similares obtidos". Em junho de 2022 a Empresa foi notificada do Acórdão proferido pelo Tribunal Central Administrativo Norte, que concedeu provimento parcial ao recurso interposto pela Alliance relativamente ao processo referente ao exercício de 2001 e 2002 e revogou parcialmente a sentença recorrida em conformidade. Esta decisão transitou em julgado no dia 14.07.2022. a sequência desta decisão favorável do Tribunal, a Empresa registou nas suas contas de 2022 a reversão de parte da provisão constituída para cobrir o risco associado ao processo fiscal de 2001 e 2002, no valor de 1.516.148 Euros, mantendo um valor a receber associado ao referido processo de 4.090.697 Euros, com o registo de uma perda por imparidade acumulada de 332.248 Euros. Em fevereiro de 2023 a Empresa recebeu relativamente a este processo 3.779.409 Euros de imposto, bem como os respetivos juros indemnizatórios. Em fevereiro de 2023 a Empresa recebeu relativamente a este processo 3.779.409 Euros de imposto, bem como juros de mora, indemnizatórios e outros no valor de 1.731.192 Euros, que se encontram reconhecidos na

						rubrica da demonstração de resultados "juros e outros rendimentos similares".
8310039269	IRC - não aceitação como operação fiscalmente neutra, da fusão invertida entre o Grupo e a Alliance Unichem S.G.P.S., Lda.	2004	2 870 000	-	-	Em junho de 2022 a Empresa foi notificada do Sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, que julgou parcialmente procedente a impugnação apresentada pela Alliance relativamente ao processo referente ao exercício de 2004 e anulou a liquidação impugnada na parte correspondente, não tendo sido apresentada interposição de recurso. Na sequência desta decisão favorável do Tribunal, a Empresa registou nas suas contas de 2022 a reversão da provisão constituída para cobrir o risco associado ao processo fiscal de 2004, no valor de 136.074 Euros (Nota 16).

Outros Passivos Contingentes Alliance-Healthcare

No âmbito da operação de compra de 51% do capital da Alloga-Logifar, a Alliance Healthcare passou a ter uma opção de compra (e a Iberfar tem uma opção de venda) para os restantes 49% do capital da sociedade. Estas opções podem ser exercidas a partir de 1 de fevereiro de 2024. A administração estima que esta opção possa rondar entre os 14,5 Milhões de euros e os 19 Milhões de euros. A Administração da Alliance Healthcare está a desenvolver as iniciativas necessárias para o exercício das opções.

Adicionalmente, sobre o armazém da Alloga Logifarma existe também uma opção de compra a favor da AH e uma opção de venda a favor da Iberfar, para a venda deste armazém, a qual, caso não seja executada pela Alliance, recai sobre a Farminveste. A administração estima que esta opção / obrigação ronde os 16 Milhões de euros. A Administração da Farminveste está igualmente a criar condições para assegurar a assunção dessa responsabilidade.

17 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos financiamentos obtidos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 era como segue:

Financiamentos obtidos	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Papel comercial	74 740 000	10 000 000	84 740 000	83 600 000	10 300 000	93 900 000
Empréstimos bancários	7 021 865	93 983 813	101 005 678	5 450 109	106 359 429	111 809 538
Descobertos bancários + Conta corrente caucionada	10 100 994	-	10 100 994	8 217 260	-	8 217 260
Adiantamento de factoring	-	-	-	441 649	-	441 649
Locação financeira	60 793	42 169	102 962	423 331	-	423 331
Empréstimo obrigacionista	-	36 069 235	36 069 235	7 000 000	36 069 235	43 069 235
Ajustamentos relativos ao custo amortizado	-162 324	-951 507	-1 113 831	-331 085	-1 077 704	-1 408 789
Outros credores	-	795 690	795 690	-	795 690	795 690
Total	91 761 328	139 939 400	231 700 727	104 801 264	152 446 650	257 247 914

O detalhe de dívida total e dívida líquida de disponibilidades por empresa/grupo é o seguinte:

Empresa	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	HMR	Imofarma	Globalvet	2023
Dívida corrente	-	8 322 605	68 181 658	11 139 116	517 329	3 600 620	-	91 761 328
Dívida não corrente	28 069 235	72 873 383	736 549	24 657 772	1 034 659	12 567 801	-	139 939 400
Total	28 069 235	81 195 989	68 918 207	35 796 888	1 551 988	16 168 421	-	231 700 727
Caixa e DO	50 119	2 023 725	9 652 159	4 532 559	176 150	266 619	27 395	16 728 726
Dívida Líquida	28 019 116	79 172 264	59 266 048	31 264 329	1 375 838	15 901 802	-27 395	214 972 002

Empresa	FV SGPS	FV IPG	Alliance Healthcare	Glintt	HMR	Imofarma	Aponatura	Globalvet	2022
Divida corrente	-	16 251 343	75 208 742	11 125 955	517 329	1 697 895	-	-	104 801 264
Divida não corrente	28 069 235	74 299 900	1 128 824	28 227 661	1 551 988	19 169 041	-	-	152 446 650
Total	28 069 235	90 551 243	76 337 566	39 353 617	2 069 317	20 866 936	-	-	257 247 914
Caixa e DO	36 937	189 653	7 793 326	3 508 679	126 245	21 170	169 600	14 952	11 860 562
Divida Líquida	28 032 298	90 361 590	68 544 241	35 844 938	1 943 072	20 845 766	-169 600	-14 952	245 387 351

Os passivos de responsabilidade com os contratos de locação operacional relacionado com as rendas contratualizadas (decorrentes da aplicação da IFRS 16), em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 eram como segue:

Financiamentos obtidos Direitos de Uso	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos Direitos de Uso	4 015 958	13 139 823	17 155 781	3 537 864	7 847 802	11 385 666

18 - RÉDITO

Nos exercícios de 2023 e 2022, o rédito reconhecido tem a seguinte composição:

Rédito	2023	2022
Vendas	704 152 821	700 009 275
Prestações de serviços	145 124 787	131 247 779
Subsídios à exploração	1 039 742	559 805
Outros rendimentos e ganhos	2 832 632	2 481 900
Juros e outros rendimentos similares	2 448 460	915 758
Total	855 598 442	835 214 516

O valor líquido das vendas e das prestações de serviços, por mercado durante o exercício de 2023 e 2022 foi como segue:

Rédito	2023			2022		
	Vendas	Prestações de serviços	Total	Vendas	Prestações de serviços	Total
Mercado interno	659 968 517	116 497 843	776 466 360	656 670 276	106 958 929	763 629 205
Mercado externo	44 184 304	28 626 944	72 811 248	43 338 999	24 288 850	67 627 849
Total	704 152 821	145 124 787	849 277 608	700 009 275	131 247 779	831 257 054

19 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" nos exercícios de 2023 e 2022 tinham o seguinte detalhe:

Fornecimentos e Serviços Externos	2023	2022
Subcontratos	24 524 811	28 041 981
Serviços especializados	40 605 118	31 279 920
Materiais	674 730	673 468
Energia e Fluidos	3 039 024	2 939 145
Deslocações, estadas e transportes	11 838 239	11 602 810
Serviços diversos	12 447 951	19 416 632
Ajustamentos consolidação	-13 455 450	-18 893 043
Total	79 674 424	75 060 913

Os ajustamentos de consolidação resultam da eliminação de relações cruzadas.

O detalhe por empresa em 2023 e 2022 é o seguinte:

Empresa	Subcontratos	Serviços especializados	Materiais	Energia e Fluidos	Deslo, estadas e transportes	Serviços diversos	Ajustamentos consolidação	2023
FV SGPS	-	86 326	-	-	-	856	-20 070	67 112
FV IPG	204 537	23 280 128	15 641	638 367	132 696	1 870 940	-2 990 948	23 151 361
Globalvet	-	125 565	24	18 653	40 786	12 498	-124 842	72 686
HMR	286 426	5 930 235	284	25 804	11 550	56 824	-4 664 141	1 646 982
Glintt	24 033 849	5 284 166	-	1 118 643	1 611 704	4 888 229	-1 770 081	35 166 510
Alliance Healthcare	-	5 898 697	658 780	1 211 196	10 041 504	4 520 973	-3 406 724	18 924 426
Imofarma	-	-	-	26 360	-	1 097 631	-478 644	645 347
TOTAL	24 524 811	40 605 118	674 730	3 039 024	11 838 239	12 447 951	-13 455 450	79 674 424

Empresa	Subcontratos	Serviços especializados	Materiais	Energia e Fluidos	Deslo, estadas e transportes	Serviços diversos	Ajustamentos consolidação	2022
FV SGPS	-	210 789	-	-	6 635	14 032	-22 602	208 854
FV IPG	194 494	18 296 325	5 692	530 506	148 322	6 946 889	-4 669 871	21 452 357
Globalvet	-	120 668	20	15 126	29 267	29 288	-136 185	58 183
Aponatura	-	146 742	-	-	-	115 904	-90 580	172 065
HMR	5 625 213	2 382 002	22	35 461	12 389	1 282 970	-8 133 397	1 204 660
Glintt	22 222 274	4 694 476	-	1 194 917	1 590 985	4 831 229	-1 852 135	32 681 747
Alliance Healthcare	-	5 428 918	667 735	1 153 666	9 815 213	5 194 595	-3 516 308	18 743 820
Imofarma	-	-	-	9 468	-	1 001 726	-471 966	539 228
TOTAL	28 041 981	31 279 920	673 468	2 939 145	11 602 810	19 416 632	-18 893 043	75 060 913

20 – GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de “Gastos com Pessoal” nos exercícios de 2023 e 2022 tem o seguinte detalhe:

Gastos com Pessoal	2023	2022
Remunerações órgãos sociais	1 646 980	1 421 558
Remunerações do pessoal	54 104 010	55 127 894
Indemnizações	1 033 895	560 565
Encargos sobre remunerações	12 310 938	12 440 486
Seguros de acidentes no trabalho	282 105	270 554
Gastos de ação social	133 850	136 384
Outros gastos com pessoal	5 245 526	3 949 839
Ajustamentos consolidação	15 378	-272 613
Total	74 772 682	73 634 666

O número médio de colaboradores ao serviço das empresas que constituem o perímetro de consolidação em 2023 foi de 1 851 pessoas, que compara com 1 906 em 2022:

Número médio colaboradores	2023	2022
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	85	88
Globalvet - Soluções e Inovação Veterinária, Lda.	6	6
HMR - Health Market Research International, Lda	3	13
HMR - Health Market Research Portugal Unipessoal, Lda	23	17
HMR - Health Market Research - España, S.L.	-	14
HMR Ireland Limited	1	7
Alliance Healthcare, S.A.	627	640
Glintt	1 106	1 121
Total	1 851	1 906

21 - AUMENTOS/REDUÇÃO JUSTO VALOR

A rubrica de “Aumentos/redução justo valor” no exercício de 2023 e 2022 tem o seguinte detalhe:

Designação	2023	2022
Reavaliação Ativos tangíveis (Nota 6)	2 761 637	-1 800 287
Reavaliação Propriedades investimento	-671 933	1 884 950
Reavaliação Ativos detidos para venda	14 777	-668 375
Outros	-	-190 783
Total	2 104 481	-774 495

22 OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros Rendimentos” nos exercícios de 2023 e 2022 tem o seguinte detalhe:

Outros rendimentos	2023	2022
Rendimentos suplementares	324 277	618 818
Ganhos em inventários	309	1 356
Diferenças de câmbio favoráveis	162	218
Alienação de investimentos não financeiros	495 829	7 532
Alienações Ativos	21 770	12 079
Subsídios ao investimento	3 199	76 385
Correções relativas a períodos anteriores	310	28 502
Recuperação de dívidas incobráveis	711 834	618 015
Impostos	-	784
Outros não especificados	1 274 942	1 118 211
Total de outros rendimentos	2 832 632	2 481 900

23 - OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios de 2023 e 2022 tem o seguinte detalhe:

Outros gastos	2023	2022
Impostos	1 099 075	934 719
Dívidas incobráveis	612 472	1 223 506
Diferenças de câmbio desfavoráveis	12	272
Correções relativas a períodos anteriores	7 241	182 169
Quotizações	68 706	165 891
Quebras, Ofertas e amostras de inventário	10 894	95 784
Donativos	21 360	52 843
Multas	-	17 157
Outros não especificados	435 256	130 882
Total de outros gastos	2 255 014	2 803 224

24 - DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “gastos/reversões de depreciação e de amortização” no final do exercício de 2023 e 2022 é conforme detalhe:

Designação	2023	2022
Ativos tangíveis (Nota 6)	2 971 160	3 049 298
Ativos intangíveis (Nota 9)	9 642 178	9 964 046
Ativos direito de uso (Nota 6)	4 636 973	4 157 285
Total	17 250 313	17 170 629

25 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decorrer dos exercícios de 2023 e 2022 são detalhados como segue:

Juros e gastos similares suportados	2023	2022
Juros suportados		
Financiamentos bancários	11 915 570	6 161 277
Outros	1 845 797	1 525 006
Passivos de Locação	258 699	145 991
Diferenças de câmbio desfavoráveis	30 330	47 347
Outros gastos de financiamento	2 569 898	3 176 267
Total de juros e gastos similares suportados	16 620 294	11 055 887

A rubrica “Outros gastos de financiamento” diz essencialmente respeito a gastos suportados com gestão de Factoring e Contas Caucionadas da Glintt no montante de 602 milhares de euros, como também a gastos suportados na emissão de papel comercial e outros financiamentos da Alliance, no valor de 1.672 milhares de euros.

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decorrer dos exercícios de 2023 e 2022 são detalhados como segue:

Juros e rendimentos similares obtidos	2023	2022
Juros obtidos depósitos		
Depósitos em instituições de crédito	61 369	9 900
Acordos de regularização de dívida	153 349	99 599
Diferenças de câmbio favoráveis	19 807	98 009
Outros ganhos de financiamento	2 213 935	708 250
Total de juros e rendimentos similares obtidos	2 448 460	915 758

A rubrica “Juros obtidos – Acordos de regularização de dívida” diz respeito aos juros debitados pela Alliance aos seus clientes, resultante de acordos de regularização de dívida assinados com os mesmos, que visam remunerar a empresa pelo desfasamento temporal no recebimento.

O saldo da rubrica Outros Ganhos de financiamento em 2023, inclui juros de mora e compensatórios no valor de 1.731 milhares de euros relacionados com processos fiscais na Alliance.

26 - ATIVOS DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS E PASSIVOS RELACIONADOS

Foram consideradas em 2023 como operações descontinuadas as atividades das seguintes empresas participadas:

- Na esfera da HMR estão a ser consideradas a HMR Alemanha, HMR Irlanda e saldos e transações da HMR INT relativas às operações de Espanha, Alemanha e Irlanda.
- Na esfera da Glintt está a ser assumido a Glintt Angola e a SolSERVICE.

Para 2022 as empresas e operações acima referidas, bem como a empresa Contraço que incorpora o consolidado do Grupo Glintt.

O impacto nos Ativos e Passivos consolidados é o seguinte:

	31/12/2023	Participadas HMR	Participadas Glantt	31/12/2022
Ativos de operações descontinuadas				
Não corrente				
Ativos tangíveis	102 523	-	102 523	199 103
Outros Ativos financeiros	630 000	630 000	-	2 736
	732 523	630 000	102 523	201 839
Corrente				
Contas a receber de clientes e outros devedores	413 108	370 000	43 108	1 164 866
Estado e outros entes públicos	3 959	3 959	-	16 470
Diferimentos	-27 316	-	-27 316	15 445
Caixa e equivalentes de caixa	235 720	36 406	199 314	786 395
	625 471	410 365	215 106	1 983 176
Ativos operações descontinuadas	1 357 994	1 040 365	317 629	2 185 015
Passivos de operações descontinuadas				
Não Corrente				
Financiamentos obtidos	-	-	-	1 932 000
Provisões para outros passivos e encargos	1 430 257	1 430 257	-	2 301 187
	1 430 257	1 430 257	-	4 233 187
Corrente				
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	54 017	50 729	3 288	2 005 997
Estado e outros entes públicos	-	-	-	163 767
Acréscimos e diferimentos passivos	427 365	-	427 365	192 809
	481 382	50 729	430 653	2 362 573
Passivos operações descontinuadas	1 911 639	1 480 986	430 653	6 595 760

O Ativo detido para venda registado no Imofarma em 2022, foi vendido em 2023 pelo montante de 4 Milhões de euros e gerou uma mais-valia de 93.500€:

Ativos disponíveis para venda	31/12/2023	31/12/2022
Quinta das Janelas em Óbidos	-	3 906 500
	-	3 906 500

27 - PERDAS COM OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ganhos e perdas com operações alienadas e descontinuadas, em 2023 e 2022 foram os seguintes:

	2023	Participadas HMR	Participadas Glantt	2022
Vendas e serviços prestados	243 982	240 161	3 821	5 999 971
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	840 000	840 000	-	-
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-	-	5 546
Fornecimentos e Serviços externos	-8 560	7 824	-16 384	-3 586 907
Gastos com o pessoal	-226 169	-226 169	-	-1 923 136
Provisões (aumentos/reduções)	515 326	515 326	-	-2 300 901
Outros rendimentos	-	-	-	147 047
Outros gastos	-105 639	-69 199	-36 439	-63 833
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 258 940	1 307 942	-49 002	-1 722 213
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-903 122	-898 908	-4 214	-13 222
Imparidade de Ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	3 645	-	3 645	47 591
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	359 462	409 034	-49 572	-1 687 844
Juros e rendimentos similares obtidos	2 783	-	2 783	3 963
Resultado antes de impostos	362 245	409 034	-46 789	-1 683 881
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	338 981
Resultado líquido do período antes de operações descontinuadas	362 245	409 034	-46 789	-1 344 900

28 - RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação baseia-se no lucro atribuível aos acionistas ordinários, dividido pela média ponderada de ações ordinárias no período, excluindo ações ordinárias compradas e detidas como ações próprias.

O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

	2023	2022
Resultado Líquido do Período	10 312 296	3 647 316
Nº médio de ações ordinárias	20 000 000	20 000 000
Resultado por ação básico	0,52	0,18

29 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A atividade global da Farminveste SGPS e suas participadas encontra-se descrita no Relatório de Gestão, considerado parte integrante deste Relatório e Contas referente ao exercício de 2023.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2024, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. Após essa aprovação as contas não poderão ser alteradas.

30 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

À data de emissão deste relatório, não são conhecidos eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

8. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS INDIVIDUAIS)



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS INDIVIDUAIS

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório anual sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Farminveste - SGPS, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
2. Ao longo do exercício de 2023 o Conselho Fiscal desempenhou as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Farminveste - SGPS, S.A. Para o efeito, a Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. O Relatório e Contas apresentado pela Administração descreve os principais acontecimentos e factos relevantes ocorridos no exercício, a evolução dos meios humanos e materiais e a situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
4. O Conselho Fiscal destaca a melhoria significativa do resultado da sua participada Farminveste, Investimentos, Participações e Gestão, S.A., que globalmente cresce de 5.260.670,21 euros em 2022 para 11.772.335,46 euros em 2023.
5. No decurso do exercício de 2023 e à semelhança do ocorrido nos anos anteriores, a Farminveste SGPS S.A. tem continuado a capitalizar a sua participada Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão S.A., neste ano, em 4.000.000 euros, para fazer face às suas necessidades de tesouraria. Adicionalmente, a Associação Nacional das Farmácias teve de dotar a Farminveste SGPS S.A. de suprimentos no valor de 1.478.000 euros para que esta efetuasse o pagamento dos juros das obrigações convertíveis.
6. O Conselho Fiscal tem tomado conhecimento das iniciativas que estão a ser desenvolvidas pelos Conselhos de Administração da Farminveste SGPS e Farminveste IPG, para implementar um conjunto de medidas tendentes à redução significativa da dívida bancária da Farminveste IPG, bem como à criação de condições para garantir os meios necessários ao reembolso das duas emissões de obrigações convertíveis da Farminveste SGPS.
7. Face ao que antecede, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
 - a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2023, tal como foram propostos pela Administração;
 - b) Aprove a proposta da Administração de aplicação do Resultado Líquido Individual apurado no exercício, no montante de 10.312.296€, seja alocado na totalidade ao reforço da Reserva Legal.
8. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer à Administração e aos Serviços da Farminveste - SGPS, S.A. toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

FARMINVESTE - SGPS, S.A.
Tel: 213 401 330 email: farminveste-sgps@farminveste.pt
Sede: Travessa de Santa Catarina, n.º 8, 1200-403, Lisboa, freguesia da Misericórdia
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 509 491 480
Capital Social: 100.000.000,00 Euros



Lisboa, 7 de maio de 2024

O CONSELHO FISCAL

António Paula de Campos
(Presidente)

Oliveira Reis & Associados, SROC, Lda.,
representada por
Carlos Manuel Grenha (ROC n.º 1266,
registado na CMVM sob o n.º 20160877), Vogal

FARMINVESTE - SGPS, S.A.
Tel: 213 401 330 email: farminveste-sgps@farminveste.pt
Sede: Travessa de Santa Catarina, n.º 8, 1200-403, Lisboa, freguesia da Misericórdia
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 509 491 480
Capital Social: 100.000.000,00 Euros

9. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS CONSOLIDADAS)



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório anual sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas da Farminveste - SGPS, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
2. Ao longo do exercício de 2023 o Conselho Fiscal desempenhou as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Farminveste - SGPS, S.A.. Para o efeito, a Administração prestou os esclarecimentos e informações solicitados.
3. O Relatório e Contas apresentado pela Administração descreve os principais acontecimentos e factos relevantes ocorridos no exercício, a evolução dos meios humanos e materiais e a situação económica e financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
4. O Conselho Fiscal destaca a melhoria dos resultados consolidados da Farminveste SGPS S.A. com o contributo das participadas do grupo, num ano em que se verificou um agravamento muito significativo dos encargos financeiros suportados pelas empresas.
5. As dificuldades enfrentadas pela Alliance Healthcare, na área da distribuição, no ano de 2023, mereceram atenção por parte do Conselho Fiscal, tendo este tomado conhecimento das medidas adotadas para solucionar os problemas com que a empresa se defrontou.
6. O Conselho Fiscal continuou a acompanhar o processo de encerramento das atividades internacionais da HMR, concluído em 2023, e a evolução da sua atividade em Portugal.
7. O Conselho Fiscal continuou a acompanhar atentamente as condições de cumprimento do acordo quadro da Farminveste IPG com a banca, que justificaram a necessidade da ANF reforçar o capital da sociedade em 4.000.000 euros. A ANF colocou adicionalmente na Farminveste SGPS um montante de 1.478.000 euros, para esta sociedade fazer face ao pagamento dos juros das obrigações convertíveis.
8. O Conselho Fiscal tem tomado conhecimento das iniciativas que estão a ser desenvolvidas pelos Conselhos de Administração da Farminveste SGPS e Farminveste IPG, para implementar um conjunto de medidas tendentes à redução significativa da dívida bancária da Farminveste IPG, bem como à criação de condições para garantir os meios necessários ao reembolso das duas emissões de obrigações convertíveis da Farminveste SGPS.
9. O Conselho Fiscal continuou a acompanhar as medidas que têm vindo a ser tomadas a nível do governo das sociedades do grupo, de melhoria da eficiência operacional e de avaliação de investimentos, no sentido de se cumprir com o plano estabelecido com os Bancos. Foram, assim, ao longo do ano, mantidos os alertas para a necessidade de se reforçarem essas medidas dinamizando a sua implementação.

FARMINVESTE - SGPS, S.A.
Tel: 213 401 330 email: farminveste-sgps@farminveste.pt
Sede: Travessa de Santa Catarina, n.º. 8, 1200-403, Lisboa, freguesia da Misericórdia
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 509 491 480
Capital Social: 100.000.000,00 Euros



10. As demonstrações financeiras consolidadas mostram-se globalmente aderentes ao referencial contabilístico que as suporta (Normas Internacionais de Relato Financeiro - IFRS) e expressam de forma adequada a posição financeira da Farminveste SGPS a 31 de dezembro de 2023, bem como os resultados consolidados das suas operações, as alterações dos fundos patrimoniais consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data.
11. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pelo Revisor Oficial de Contas.
12. Face ao que antecede, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2023, tal como foram apresentados pela Administração, que apresentam um resultado consolidado positivo de 10.312.315,14 euros.
13. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer à Administração e aos Serviços da Farminveste - SGPS, S.A. toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 7 de maio de 2024

O CONSELHO FISCAL

António Paula de Campos
(Presidente)

Oliveira Reis & Associados, SROC, Lda.,
representada por
Carlos Manuel Grenha (ROC n.º 1266,
registado na CMVM sob o n.º 20160877), Vogal

FARMINVESTE - SGPS, S.A.
Tel: 213 401 330 email: farminveste-sgps@farminveste.pt
Sede: Travessa de Santa Catarina, n.º. 8, 1200-403, Lisboa, freguesia da Misericórdia
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 509 491 480
Capital Social: 100.000.000,00 Euros

10. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONTAS INDIVIDUAIS)



JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZ EIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MÁRIA SALVINA CRAVO
PEDRO CORRÊIA FREDENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
OCTÁVIO CARVALHO VILÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração individual da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 169.773.056 euros e um total de capital próprio de 138.526.217 euros, incluindo um resultado líquido de 10.312.296 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.**, em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as

1 de 3



- Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
 - criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
 - adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
 - avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 7 de maio de 2024

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por
Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877

11. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS (CONTAS CONSOLIDADAS)



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRÁVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A. (O GRUPO)**, que compreendem a demonstração posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 625.064.058 euros e um total de capital próprio de 203.888.351 euros, incluindo um resultado líquido de 10.312.296 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **FARMINVESTE, S.G.P.S., S.A.**, em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

1 de 4

Inscrita na OROC sob o n.º 22
Inscrita na CMVM sob o n.º 20164381
Capital Social € 15000
N.º de Matrícula/NIPC 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75,
8.º piso, Fração 8.02
1070-061 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 997
www.orosroc.pt - E-mail: geral@orosroc.pt

DELEGACÃO CENTRO - CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Esclatório 2
2415-296 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175

DELEGACÃO NORTE - NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitalão
Av. de França, 25A, 6.º, Sala 6.4
4650-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132



RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e 508.º - D, n.º 3, ambos do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 7 de maio de 2024

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.
Representada por
Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877